

RELATÓRIO FINAL

“Avaliação da assimilação dos cursos relacionados à temática dos Direitos Humanos e seus impactos na percepção que os policiais têm do seu cotidiano profissional”

Belo Horizonte, Dezembro de 2009

GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Aécio Neves da Cunha

VICE-GOVERNADOR / PRESIDENTE DO COMITÊ DE DEFESA SOCIAL

Antônio Augusto Junho Anastasia

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Maurício de Oliveira Campos Júnior

COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS

Coronel-PM Renato Vieira de Souza

CHEFE DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Delegado Geral Marco Antônio Monteiro de Castro

COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS

Coronel BM Gilvan de Almeida Sá

SECRETÁRIA-ADJUNTA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL

Luzia Soraia Silva Ghader

SUPERINTENDENTE DE AVALIAÇÃO E QUALIDADE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

José Francisco da Silva

EMPREENDEDORA PÚBLICA / GERENTE DO PROJETO ESTRUTURADOR

Silvia Caroline Listgarten

DIRETORA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Juliana Maron

GERENTE DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO OPERACIONAL

Edmilson Antonio Pereira Junior

COLABORADORES

Cap PM Cláudio Duani Martins
Cap. BM Amanda Cristina Miranda
Adriana Maria da Costa
Lilian Regina Gomes G Lemos
Maria Helena Nobre de Moura
Sandra Regina

COORDENADOR DA AÇÃO

Aline Soares Gonzaga

DIRETORIA DE ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO**OPERACIONAL**

Márcia Cássia Pinto Sales
Nilo Vianna Teixeira
Rhona Maria Correa Kayello
Viviane Batista Ferreira
Vanessa Viana Carvalho

COORDENADOR DA PESQUISA
Robson Sávio Reis Souza (CRISP)

PESQUISADORES

Simone Santos

Livia Henriques

Aline Nogueira

Cynthia Semíramis

Rodrigo Alisson Fernandes

Luís Felipe Zilli

Sumário

I – Introdução.....	2
II – Contexto Teórico.....	2
2.1. Contextualização Histórica	2
2.2. Marco Teórico.....	9
III - Metodologia	16
3.1. Universo da pesquisa.....	16
3.1.1. Municípios Pesquisados.....	16
3.1.2 Plano amostral e perfil dos abordados.....	17
3.2. Eixo Metodológico.....	17
3.2.1. Pesquisa qualitativa	17
3.2.2. Justificativa para a utilização da técnica de grupos focais.....	19
3.3. Mapeamento da Proposta Pedagógica.....	20
IV - Resultados.....	23
4.1. Grupos Focais	24
4.1.1. Questões Iniciais – Polícia Militar	24
4.1.2. Questões Iniciais – Polícia Civil	32
4.1.3. Questões hipotéticas criadas a partir dos princípios de Direitos Humanos ..	34
V – Considerações Finais.....	81
VI - Referências Bibliográficas:.....	88

I – Introdução

Este relatório apresenta os resultados obtidos pela pesquisa **“Avaliação da assimilação dos cursos relacionados à temática dos Direitos Humanos e seus impactos na percepção que os policiais têm do seu cotidiano profissional”**. A pesquisa foi realizada entre os meses de agosto e dezembro de 2009, junto a profissionais que, durante o ano de 2008, foram capacitados pela Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) em temáticas relacionadas aos Direitos Humanos.

O objetivo da pesquisa não foi apenas o de avaliar em que medida os policiais efetivamente assimilaram os conhecimentos relacionados à temática dos Direitos Humanos, mas, principalmente, mensurar quais impactos cognitivos a capacitação projetou sobre suas percepções da prática profissional cotidiana.

Para tanto, o estudo fez uso da metodologia qualitativa através de grupos focais, objetivando captar com maior profundidade experiências, sentimentos, percepções e preferências dos operadores policiais estudados (além de permitir explorar questões não previstas inicialmente pela pesquisa, mas surgidas durante as discussões promovidas). Foram avaliados os profissionais capacitados durante o ano de 2008, nas cidades de Belo Horizonte, Varginha, Teófilo Otoni, Barbacena e Uberlândia. Os grupos focais foram formados, preferencialmente, com operadores que possuíam a mesma patente ou cargo, para que eles se sentissem mais confortáveis em expressar suas opiniões.

Complementarmente, foram aplicados questionários estruturados em uma amostra dos profissionais capacitados, com o objetivo de traçar o perfil sociofuncional destes operadores. As entrevistas foram realizadas por telefone, seguindo um roteiro-guia ou roteiro institucional. Os resultados desse levantamento estão apresentados em um documento anexo à presente pesquisa.

II – Contexto Teórico

2.1. Contextualização Histórica

A modernidade enquanto um modo de civilização¹ é, muitas vezes, definida pela emergência de várias inovações dentre as quais é possível citar a expressão “direitos

¹ A modernidade pode ser compreendida se a percebemos enquanto um modo de civilização. Um modo de estar no mundo, de interpretar e produzir realidade que nasce em um tempo e em um espaço

humanos”. No entanto, em um primeiro momento, os princípios fundadores desses direitos devem ser pensados juntamente com o nascimento dos próprios agrupamentos humanos e, mais tarde, com as idéias de natureza humana, cultura e direitos historicamente construídos.

Nesse sentido, faz-se necessário citar alguns antecedentes históricos dos direitos humanos. Primeiramente, princípios morais e religiosos que regiam a conduta das pessoas, especialmente através da idéia de uma criação comum, como sustentam várias religiões. Em um segundo momento, a laicização do direito natural com o entendimento de que determinados direitos são inerentes ao ser humano². Por fim, a aprovação por parte de diferentes culturas e Estados de um conjunto de valores básicos e irrenunciáveis à pessoa humana que orienta a ordem jurídica e são pensados enquanto ideal a ser atingido por todos os povos e todas as nações. A partir desses antecedentes históricos, foi possível a emergência do que se entende hoje por Direitos Humanos.

Cabe pontuar que a proteção dos direitos humanos ocupou posição central na agenda internacional da passagem do século XX para o século XXI. Os múltiplos instrumentos internacionais revelaram uma unidade fundamental de concepção e propósito, partindo do pressuposto de que os direitos protegidos são inerentes a todos os seres humanos. Dessa forma, anteriores e superiores ao Estado e a todas as formas de organização política. Conseqüentemente, as iniciativas de proteção de tais direitos não se exaurem na ação do Estado³.

A *Magna Charta Liberatum* ou Magna Carta na Inglaterra do ano de 1215 pode ser considerada a lei nacional, peça básica de todo constitucionalismo, que instituiu

determinado. Também poder-se-ia pensar que, para além deste modo de estar no mundo próprio do Ocidente, a modernidade se constituiu enquanto um projeto, uma vontade orientada para o objetivo de levar este modo de estar no mundo específico – “a civilização” – para outras partes do mundo. BAUDRILLARD, Jean. *Modernité*. In: *Biennale de Paris. La modernité ou l’esprit du temps*. Paris, Editions L’Equerre, 1.982, p. 1. Texto policopiado traduzido por Lea Freitas Perez e Francisco Coelho dos santos.

² À Grócio se deve a laicização do direito natural, por ele, primeiramente, ter entendido que decorrem da natureza humana determinados direitos. No dizeres do próprio jurista holandês: “em face da natureza razoável e sociável do ser humano, decorrem determinados direitos. Não são criados, muito menos outorgados pelo legislador. Tais direitos são identificados pela reta razão a que eles chegam, avaliando a “conveniência ou a “inconveniência dos mesmos em face da natureza razoável e sociável do ser humano”. FERREIRA, Monoel Gonçalves Filho. *Direitos Humanos Fundamentais*. Editora: Saraiva, 2000, 10.

³ PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Direitos Humanos no século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão – Senado Federal. Brasília, 2002.

diversas normas de caráter pioneiro para a fundamentação dos direitos humanos, uma vez que definia as funções do monarca e, além disso, preconizava outras regras como: “*A liberdade da Igreja*” e o fato de que “*Nenhum homem livre será detido ou sujeito a prisão, (...)*”. Neste sentido, a Magna Carta serviu como referência para alguns direitos e liberdades civis clássicos como a Lei de *Habeas Corpus* (1679), segundo a qual nenhum cidadão poderia permanecer na prisão por mais de 24 horas sem ter sido julgado e condenado. Além disso, apontou para a judicialidade, um dos princípios do Estado de Direito.

A consolidação do Estado-nação se faz em consonância com o processo histórico de monopolização da violência física no âmbito do poder central (TILLY, 1996). A grande característica dos Estados contemporâneos é a separação entre a estrutura social e o exercício das funções judiciárias e administrativas, ou seja, a separação entre o espaço público e o privado. Dessa maneira, o Estado é visto como a única entidade capaz de criar normas jurídicas. Por sua vez, os códigos passam, definitivamente, a ser o instrumento coletivo de referência legal. Exemplo significativo do fato supracitado é a Declaração de Direitos ou *Bill of Rights* (1689), dotada de 13 artigos que limitavam o poder real, subordinando-o ao parlamento e regulamentando o princípio da legalidade. Particularmente, tal declaração se preocupou com a independência do parlamento dando o passo definitivo para a separação dos poderes.

De forma mais pontual, a Declaração do Estado da Virgínia (1776) ou Declaração dos Direitos, seguida pelos nove estados independentes antes mesmo de adotarem suas constituições políticas, é considerada a primeira Declaração de Direitos Fundamentais em sentido moderno, sendo anterior à Declaração de Independência dos EUA. Mais tarde, mais precisamente em agosto de 1789, foi aprovada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

A Constituição Francesa de 1848 tinha por princípio *a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade* e incorporou algumas das reivindicações econômicas e sociais da burguesia e do povo. Entretanto, o pleno reconhecimento dos Direitos Humanos de caráter econômico e social somente se deu no século XX, com a Constituição do México de 1917 e a Constituição de Weimar, de 1919.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) torna-se um paradigma para o debate em torno dos Direitos Humanos uma vez que é antecedida e perpassada por violações generalizadas dos direitos e liberdades dos indivíduos. Após a guerra, cresceram os movimentos em prol da perspectiva de que os Estados tinham que prestar contas à outra instância a respeito da maneira como tratavam seus cidadãos. Sendo assim, vários povos e os Estados democráticos foram mobilizados para fazer dos Direitos Humanos a base do sistema da Organização das Nações Unidas - ONU, pontuando a dignidade e a igualdade entre todos os seres humanos. Cabe, neste momento, pontuar esses dois conceitos.

A universalidade dos princípios dos Direitos Humanos, o núcleo do conceito como valor fonte, tem uma ramificação no reconhecimento da *dignidade da pessoa humana*. A origem da palavra *dignidade* é elucidativa para a compreensão dessa idéia essencial. *Dignus*, em latim, é um adjetivo ligado ao verbo *deceat* (é conveniente, é apropriado) e ao substantivo *decor* (decência, decoro). Nesse sentido, dizer que alguém teve um tratamento digno significa dizer que essa pessoa teve um tratamento apropriado, adequado, decente. Ampliando essa idéia em relação ao que é necessário para que o ser humano tenha uma vida digna torna-se plausível estabelecer uma correlação entre todos os outros direitos e a dignidade da pessoa humana. Uma vez que a dignidade implica todas as múltiplas e mínimas necessidades e capacidades para uma vida decente: saúde, alimentação, educação, moradia, afeto e liberdade para fazer suas opções profissionais, religiosas, políticas, afetivas, etc.

A outra ramificação da universalidade dos princípios dos Direitos Humanos como valor fonte provém da *igualdade entre todos os seres humanos*. Parte de uma concepção de igualdade muito peculiar que permite o reconhecimento de diferenças, tais como aquelas relacionadas ao gênero, à “raça”, à idade, concedendo a qualquer ser humano o caráter de fim em si mesmo e não de mero meio para outros fins. Nesses termos, a vinculação essencial dos direitos humanos à dignidade e à igualdade enquanto valores históricos e filosóficos conduzem, sem dúvida, a um sistema internacional de direitos humanos, a partir do qual, se esperava ser possível prevenir a repetição de eventos como os ocorridos durante a Segunda Guerra. Essa crença impulsionou a elaboração de Declarações e Tratados internacionais de Direitos Humanos, assim como a instituição

de órgãos de responsabilização de indivíduos e Estados envolvidos em violações a esses direitos. Tal movimento culminou na assinatura da Carta das Nações Unidas, em junho de 1945. Desde então, todos os países membros das Nações Unidas concordaram em tomar medidas para salvaguardar os Direitos Humanos.

Instituída em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos obteve a aprovação de 48 Estados-membros presentes à Assembléia Geral da ONU. Naquele momento houve a abstenção de oito países: ex-União Soviética, Ucrânia, Rússia Branca, Tchecoslováquia, Polônia, Iugoslávia, Arábia Saudita e África do Sul. A Declaração consolidou uma visão contemporânea de Direitos Humanos marcada pela universalidade⁴, indivisibilidade⁵ e pela interdependência⁶ dos direitos. Além disso, a ela foram vinculados juridicamente dois pactos que a completam: o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966). Juntos, esses três instrumentos passaram a ser chamados de Carta Internacional dos Direitos Humanos. A partir destes, gradativamente, foram se consolidando três gerações de direitos.

Direitos políticos e civis são considerados a primeira geração de direitos e constituem-se em instrumentos que visavam coibir os abusos cometidos pelo Estado em relação ao cidadão. São fundamentados, principalmente, a partir da doutrina iluminista e jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII de onde advém os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, a igualdade perante a lei, dentre outros.

⁴ A **universalidade** implica o reconhecimento de que todos os indivíduos têm direitos pelo mero fato de sua humanidade. A universalidade diz respeito ao reconhecimento de que somos todos iguais em relação a direitos e por possuímos todos igual dignidade. A percepção de que o indivíduo é sujeito de direitos por ser uma pessoa, e não somente por ter nascido ou ser membro reconhecido de um determinado Estado, flexibilizou a noção tradicional de soberania e consolidou a idéia de que o indivíduo é um sujeito de direitos no âmbito internacional.

⁵ A **indivisibilidade** implica na percepção de que a dignidade humana não pode ser buscada apenas pela satisfação de direitos civis e políticos, tais como os direitos à liberdade de expressão, à liberdade de ir e vir, o direito ao voto, os direitos econômicos, sociais e culturais, o direito à educação, o direito à alimentação e à moradia.

⁶ A **interdependência** aponta para a dependência entre direitos econômicos e direitos civis e políticos, assim como para a dependência entre os direitos civis e políticos e os econômicos. A efetivação do direito ao voto, que é um direito político, depende da garantia ao direito à educação, um direito social. Sem a educação e sem o conhecimento das opções existentes não há o poder efetivo de escolha política pelo voto. Do mesmo modo, a efetivação do direito à alimentação depende da consolidação do direito à participação política. IKWA, Daniela; PIOVESAN Flávia; ALMEIDA, Guilherme e GOMES, Verônica. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*. Ágere Cooperação em Advocacy e Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR. Abril-Julho, 2006.

Direitos sociais, econômicos e culturais são considerados a segunda geração de direitos. Surgiram a partir dos movimentos reivindicatórios que exigiam uma atuação efetiva do Estado na implantação da justiça social. Nesta categoria estão, dentre outros, o direito aos serviços estatais tais como assistência social, saúde, educação e trabalho os quais se reportam à pessoa individualmente. Além da garantia de princípios que protegem as instituições.

Direitos coletivos ou difusos constituem-se na terceira geração de direitos. Direito à infância, direito ao meio ambiente, direito à cidade, direito ao desenvolvimento dos povos, entre outros, são também chamados de direitos de fraternidade ou de solidariedade concernentes aos grupos humanos. É importante observar que existe o entendimento de que todos os direitos (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) são indissociáveis entre si e são igualmente necessários à garantia da dignidade humana.

Posteriormente, em 1969, foi criada a Convenção Americana Sobre os Direitos Humanos que reafirmava o propósito dos Estados Americanos em consolidar, no continente, um regime de liberdade pessoal e de justiça social. A convenção postulava normas de caráter material, além de instituir órgãos especializados nos assuntos relacionados ao cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados integrantes, a saber: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos. Na perspectiva dos diplomatas Marco Antônio Diniz Brandão e Benoni Belli:

“A quinta reunião de consultas dos Ministros de Relações Exteriores ocorrida no Chile em 1959 encarregou o Conselho Interamericano de Juristas de elaborar um projeto de convenção sobre Direitos Humanos. A mesma reunião resolveu criar uma comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH - inicialmente prevista para funcionar provisoriamente até a adoção da convenção encomendada e com a função de promover o respeito aos Direitos Humanos nos Estados membros da OEA. A II Conferência Interamericana extraordinária, realizada no Rio de Janeiro, em 1965, resolveu modificar o Estatuto da comissão e ampliar suas funções e faculdades. A decisão emanada dessa reunião transformou a CIDH em verdadeiro órgão de controle com vistas a garantir uma observância mais efetiva dos Direitos Humanos Fundamentais. No entanto, com base jurídica relativamente frágil, suas recomendações não eram dotadas da força de obrigação jurídica. Essa dificuldade foi superada em 1967 com o chamado Protocolo de Buenos Aires que

incorporou a CIDH à própria carta da OEA”. (...) A Corte Interamericana de Direitos Humanos não é um Tribunal penal e não substitui as ações penais relativas às violações cometidas no Estado. A Corte apenas julga se o Estado é ou não responsável por violações à Convenção Americana de Direitos Humanos, sendo suas sentenças obrigatórias, cabendo ao Estado seu imediato cumprimento.” (PINHEIRO & GUIMARÃES, 2002)

No Brasil, por sua vez, a Constituição de 1988, em seu Artigo 4º, inciso II, foi a primeira a estabelecer a prevalência dos Direitos Humanos como princípio do Estado Brasileiro em suas relações internacionais. Dessa forma, o Estado se comprometeu a respeitar e a contribuir na promoção dos direitos humanos de todos os povos, independentemente de suas nacionalidades. Dito de outra forma, o Brasil se uniu à comunidade internacional, assumindo com ela e perante ela a responsabilidade pela dignidade de toda pessoa humana. Esse processo era condizente com a afirmação do Estado Democrático de Direito constitucionalmente pretendido.

Essa análise da modificação e incorporação dos princípios de direitos humanos ao Estado não aborda as principais e mais recentes discussões relacionadas ao tema. Na verdade, a concepção atual de Direitos Humanos é recente, remontando à implantação do Estado moderno através das Revoluções Burguesas (notadamente a Revolução Francesa de 1789-1799), com a ascensão de um modelo de Estado que adota a filosofia política e econômica iluminista. Ou seja, trata-se de uma visão ocidental, européia, que não tem mais de trezentos anos, e que ainda norteia nossa sociedade. Atribuir a um passado distante (Estela de Hamurabi, Os Dez Mandamentos, Lei das Doze Tábuas) os mesmos ideais e institutos jurídicos implantados durante os séculos XVIII e XIX foi uma estratégia utilizada para reforçar o novo sistema político, econômico e social implantado após as revoluções burguesas (HESPANHA, 2005; SABADELL, 2006).

Vários autores analisaram as transformações trazidas pelo iluminismo e pelas revoluções burguesas. No entanto, Michel Foucault faz uma análise mais profunda, que deixa evidente não só as estruturas das relações de poder que marcam o Estado moderno, destacando o papel do Direito (e, por consequência, o papel dos agentes estatais) na criação e manutenção desse Estado, mas também a existência de formas diferenciadas de exercício do poder, formas que não coincidem com o Estado, mas que

funcionam como uma rede que oferece suporte e garante uma atuação produtiva do próprio Estado.

A seguir, as idéias que sustentam a luta pelos Direitos Humanos e a forma como elas se traduzem na prática policial cotidiana serão analisadas a partir da ótica de Foucault e também das reflexões propostas por Jacqueline Muniz.

2.2. Marco Teórico

Em vários momentos de sua obra, Foucault (1999, p.28-29) observa que, nas sociedades ocidentais, a coexistência das relações de poder acaba por legitimar determinados discursos. Esses discursos, por sua vez, se tornam normas, regras de direito encampada pelo Estado, determinando uma atuação disciplinar, com regras sociais que geram punições e formas de viver ou de morrer.

Nessa perspectiva, Foucault propõe a análise do Direito não sob a tradicional ótica da legitimidade, mas dos “*procedimentos de sujeição que ele põe em prática*” (FOUCAULT, 1999, p.32), com o Estado patrocinando atividades que permitam vigiar, treinar, utilizar ou até punir determinados corpos, endossando uma sociedade disciplinar (FOUCAULT, 1999, p.289) que atenda às necessidades de preservação dos interesses do Estado. É sob essa perspectiva que se tem o uso da prisão como forma de treinar corpos para o trabalho nas fábricas no auge da Revolução Industrial (BATISTA, 1990; MELOSSI; PAVARINI, 2006).

Um dos poderes analisados por Foucault é o poder disciplinar, calcado em uma cultura que procura forçar corpos a se submeterem, obedecendo às ordens.

“O poder disciplinar incide primeiro sobre os corpos e sobre o que eles fazem, mais do que sobre a terra e sobre o seu produto. É um mecanismo de poder que permite extrair dos corpos tempo e trabalho, mais do que bens e riqueza. É um tipo de poder que se exerce continuamente por vigilância e não de forma descontínua por sistemas de tributos e de obrigações crônicas. É um tipo de poder que pressupõe muito mais uma trama cerrada de coerções materiais do que a existência física de um soberano, e define uma nova economia de poder cujo princípio é o de que se deve ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e a eficácia daquilo que as sujeita.” (FOUCAULT, 1999, p.42)

Trata-se de um novo discurso, de uma nova percepção da realidade, de um poder que vem da disciplina, calcado em um novo modelo econômico (o da incipiente Revolução Industrial) que consolida o modo burguês de produção.

Michelle Perrot, analisando a disciplina industrial na França, observou:

“Nossas principais fontes provêm das classes dominantes; discursos de cima, às vezes elas exprimem mais um projeto ou um programa do que propriamente uma operação. Ora, é preciso lembrar que nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar plenamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra. O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina.” (PERROT, 2001, p. 55)

Dessa observação é possível inferir dois pontos importantes (VIANNA, 2002). Primeiro, o poder disciplinar é feito para triunfar sobre uma resistência. Ele sufoca um sistema já existente, obrigando-o a se submeter a um novo poder, através da disciplina. Mas isso também significa que, através da sua imposição, está sendo gerada uma revolta a ser combatida, para que o sistema a ser sufocado não tenha chances de triunfar sobre ele. Ou, resumindo, trata-se de um sistema paralelo ao Estado, e independente dele. Pode ser aplicado nos mais diversos grupos sociais e de forma capilar pelos operadores do sistema de justiça criminal às pessoas que, de uma forma ou outra, estão submissas a eles como acusados ou vítimas.

O segundo ponto é que o poder disciplinar nem sempre funciona ou é implantado, podendo consistir em uma teoria do controle que poderia vir a ser aplicada futuramente. Podemos eleger o filósofo Jeremy Bentham (1748-1832) como um teórico do controle e do poder disciplinar, mas suas idéias só foram plenamente utilizadas em época posterior. Michel Foucault, em “Vigiar e Punir” (2000) retoma as idéias de Bentham, analisando-as detalhadamente para identificar os micropoderes ligados à sociedade disciplinar.

É importante destacar que Bentham, ao escrever sobre seu sistema de controle em um livro denominado “Panóptico; ou a Casa de Inspeção” (BENTHAM, 2000), deixou bastante claro na folha de rosto as diversas utilidades de seu sistema de vigilância e controle:

“Contendo a idéia de um novo princípio de construção aplicável a qualquer sorte de estabelecimento, no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção; em particular às casas penitenciárias, prisões, casas para pobres, lazaretos, casas de indústria, manufaturas, hospitais, casas de trabalho, hospícios, e escolas.” (BENTHAM, 2000, p. 13)

No decorrer da obra, Bentham desenvolve a idéia de um edifício circular ou poligonal, o Panóptico, que possibilita vigiar a todos que se encontram reclusos nas células periféricas; estes, por sua vez, não podem sair de sua cela sem autorização, ter contato com as demais celas, nem conseguem ver quem está na célula central ou se há alguém lá. Sentem-se permanentemente vigiados, sem que se saiba o momento exato da vigilância ou mesmo se ela realmente existe. Desta forma, teoricamente, irão agir como se estivessem sob vigilância permanente, obedecendo às regras impostas pela autoridade por medo da punição, tornando-se corpos dóceis e disciplinados.

Por mais que os edifícios planejados por Bentham não tenham sido implementados em sua época, as idéias permaneceram e foram utilizadas de outras formas, com o objetivo de atender às necessidades de uma sociedade em mutação, que precisava disciplinar corpos e adequá-los aos novos meios de produção, fundamentais para o funcionamento de uma sociedade burguesa em processo de industrialização. Para atender a essas necessidades, todos os setores do conhecimento foram utilizados, fornecendo mecanismos de controle, pesquisas e teorias para justificar a atuação do Estado em prol do progresso econômico (FOUCAULT, 2003).

Esse mundo urbano em formação possibilitou a configuração de outros padrões de sociabilidade: as pessoas alteraram suas visões de mundo e novos atores foram inscritos ou se inscreveram na arena política. Dessa forma, as práticas de responsabilização individual ou grupal, a existência de esferas isoladas de justiça e julgamento e a delegação individual de autoridade foram transformadas. Os novos desafios e ambientes colocaram em xeque as dinâmicas privadas de vigilância e punição, surgindo, nesse período, um número cada vez maior de reivindicações humanitárias.

Como um exemplo pontual destas transformações é possível citar o contexto da cidade de Londres, em 1820. Londres experimentou, neste período, um aumento no

número de crimes brutais e uma sequência de desastrosos motins e tumultos urbanos que foram dominados pelas forças militares com graves prejuízos à vida e à propriedade. A manutenção da paz, através das Forças Armadas, mostrou-se falha, uma vez que o uso da repressão armada havia demonstrado não ter nenhum efeito dissuasivo, a despeito de sua ilimitada brutalidade. Os ingleses queriam uma organização que sustentasse a ordem pública, fizesse cumprir a lei e mantivesse a paz nas cidades. Essa organização não poderia intervir nas lutas políticas, questionar as conquistas civis, nem violar a privacidade dos súditos. A idéia era de que surgisse uma polícia sem papel paramilitar, exclusivamente orientada para atender as demandas citadinas. Sir Robert Peel (1788-1850) e seus colaboradores criaram um projeto de uma nova força policial moderna e profissional que, não obstante a uma série de compromissos com os seus aliados e oponentes, foi aprovada pelo Parlamento (REINER, 1992). A polícia de Peel deveria ser um meio de força civil, estruturado sob os princípios da hierarquia e da disciplina paramilitares; com uma administração centralizada e autonomia regional; preparada para a ação em grupo, mas com uma prática cotidiana centrada no indivíduo. Nasceu com o intuito de ser uma polícia dos súditos e do parlamento, mas, nunca do Estado. Sua finalidade era “proteger e servir”.

A polícia de Peel é um bom exemplo de como, ao longo dos anos, os Estados democráticos procuram garantir a *manutenção da ordem* mediante a obediência aos diversos institutos legais que estabelecem os parâmetros de seu poder de atuação. Neste mesmo sentido, concretizaram-se os esforços de institucionalização dos serviços policiais profissionais que visavam, dentre outros pontos, atender as reivindicações humanitárias. Ampliou-se a possibilidade de emergência de uma noção de autoridade assentada sobre os princípios da legalidade e do consentimento e o permanente desafio de viabilizar o seu enraizamento no cotidiano dos cidadãos. Dessa forma, o surgimento e a disseminação das polícias profissionais por todo o Ocidente refletiram, em boa medida, o processo mesmo de construção da perspectiva liberal do Estado de Direito (BITTNER, 1975). As fortes pressões pela garantia e ampliação dos direitos conquistados e os esforços empreendidos pelos Estados para monopolizar o uso ou ameaça do emprego da força na resolução dos conflitos internos, propiciaram o ambiente necessário para o debate sobre a pertinência de uma instituição capaz de

atender as exigências impostas por esse novo mundo. Nesse sentido, torna-se lícito afirmar que a polícia, tal qual é vista nos dias de hoje, é o resultado dos esforços de construção de uma concepção de Estado identificada como moderna, orientada pela ambição iluminista de produzir e sustentar a paz através de meios pacíficos e civilizados. A polícia britânica, que primordialmente se constituía em oposição ao modelo tradicional de polícia francesa, tornou-se um paradigma em termos de polícia profissional.

Na perspectiva supracitada, o surgimento das polícias profissionais pode ser visto sobre dois ângulos. No primeiro, a polícia surge como uma solução, uma resposta adequada às insatisfações públicas relativas às arbitrariedades produzidas pelo uso privado da força e pelas intervenções descontínuas e truculentas do Exército nos conflitos sociais. No segundo, o poder de polícia, nessa sociedade considerada como disciplinar, pode ser entendido como o reflexo do desejo do Estado, intimamente ligado à manutenção de interesses econômicos que, muitas vezes, não deveriam ter ligação direta com o Estado. Nestes termos, Nilo Batista (1990) afirma que o capitalismo recorreu ao Direito Penal para garantir a mão-de-obra (criminalizando, ao criar o delito de vadiagem, o pobre que não quisesse trabalhar) e para impedir a falta de mão-de-obra, criminalizando, com o delito de greve, o trabalhador que recusasse o trabalho “*tal como ele era*” (BATISTA, 1990, p. 35-36). Desta forma, tanto a reinserção do delinquente quanto o motivo de sua prisão são determinados pela questão econômica. Neste contexto, torna-se necessário desenvolver um meio de controlar os grupos considerados resistentes, por desafiarem o sistema que estava sendo implantado. Assim, tornou-se fundamental classificar as pessoas, identificando os grupos que deveriam ser alvo de todo o poder disciplinador do Estado, criando distinções sociais que poderiam ser consideradas formas de criminalização.

A necessidade de uma forma capilar de controle sobre os cidadãos e a percepção da violência enquanto um fenômeno social mais amplo tornaram ineficiente o paradigma da “manutenção da ordem” focado apenas sobre o eixo da repressão. A prevenção surge como outra forma de complementar a questão. Em outras palavras, o foco da discussão amplia-se, o acento recai sobre dois pontos fundamentais: a

prevenção e a repressão qualificada. A perspectiva é trabalhar com esses dois pontos, de forma não antagônica, ou seja, como eixos complementares.

Nos termos acima, a preservação da “ordem” passa pela construção de uma *Segurança Cidadã*. Isso significa, entre outros instrumentos⁷, garantir a proteção dos direitos dos cidadãos de uma forma preventiva e integrada; trabalhar no sentido de promoção de ambientes seguros, da qualidade de vida e incentivar, cada vez mais, a filosofia de trabalho da polícia comunitária a todos os órgãos de Polícia. Sendo assim, o agente de segurança deve atuar enquanto um promotor dos direitos humanos e das temáticas a eles relacionadas, uma vez que a eficiência, eficácia e efetividade policial estão diretamente relacionadas a uma atuação pautada pelo respeito a tais direitos. Essa afirmativa se sustenta à medida que, como já foi dito antes, o surgimento de uma polícia profissional nasce em consonância com a luta pelos direitos civis (SKOLNICK, 1994 in MUNIZ, 1999).

A presença contínua da autoridade pública na vida diária das pessoas e a redução dos custos da coerção oficial para o Estado e para as classes proprietárias exigiram, em algum nível, a cooperação negociada com a sociedade civil. Em termos da ambição humanitária, buscava-se dramatizar a possibilidade da vida sem violência, mesmo nas condições em que a imposição de sanções coercitivas parecia indispensável para validar o pacto social firmado entre os cidadãos. A violência necessária para compelir à obediência deveria estar circunscrita, ela mesma, à lei e a própria lei, limitada pelo consentimento dos governados (MUNIZ, 1999).

Na contemporaneidade, o emprego da força no Estado revestiu-se de sofisticação e preparo técnico. Conforme salienta Bittner (1975:18) a progressiva minimização do recurso à força se fez acompanhar de mudanças significativas na administração da justiça. Aumentaram os esforços de difusão do julgamento justo, à luz da lei, em lugar da paixão, da comunidade ou do arbítrio da autoridade. Nesse sentido, as agências policiais nasceram e existem para fazer convergir, em nível operacional, a eficácia do trabalho de polícia e o pleno exercício dos direitos civis. No entanto, na prática, existe

⁷ Segundo o professor Antônio Augusto Cançado Trindade, os direitos protegidos devem ser pensados enquanto instrumentos. PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Direitos Humanos no século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão – Senado Federal. Brasília, 2002.

um estranhamento entre o meio policial e a perspectiva dos Direitos Humanos. Em outras palavras, por um longo período, o tema foi considerado antagônico em relação à Segurança Pública.

Vários expoentes analisam esta dicotomia como um produto do autoritarismo vigente no país entre 1964 e 1984, reflexos deixados pela história recente da ditadura e da repressão ocorridas durante o regime militar. Para alguns militantes dos Direitos Humanos, o legado dessa história seria o estigma de subversivos e perigosos para a segurança nacional, justamente por lutarem contra atitudes violentas e desumanas praticadas por agentes do Estado. Esses mesmos militantes, por sua vez, caracterizavam a polícia como necessariamente afeta à repressão antidemocrática, à truculência e ao conservadorismo. Além de pontuarem que, para muitos policiais, a violência seria uma ação instrumental da polícia no combate à criminalidade e, portanto, o desrespeito aos Direitos Humanos seria uma consequência da tarefa de retirar de circulação as pessoas que violassem a lei.

As principais hipóteses que emergem para discussão ponderam se tal reação decorre do desconhecimento dos policiais sobre a temática dos Direitos Humanos ou se eles discordam dos procedimentos práticos e legais de proteção desses direitos. Até um passado recente, a matéria de Direitos Humanos não fazia parte da grade curricular das escolas de formação policial no Brasil. O estudo dos Direitos Humanos nas polícias brasileiras surgiu da necessidade das instituições de segurança pública de se adaptarem aos novos tempos democráticos, os quais exigiam mudanças profundas no aparelho estatal. As constantes denúncias de violações sistemáticas dos direitos humanos daqueles que estavam sob a custódia da polícia, as pressões sociais para a extinção de alguns órgãos de segurança pública que desrespeitavam os direitos inalienáveis à vida e à integridade física, permitiram que, pelos menos, a discussão sobre o tema chegasse aos quartéis e às delegacias.

O tema Direitos Humanos já faz parte da realidade policial. Entretanto, impõe-se o desafio de vislumbrar em que medida esse discurso está sendo incorporado na prática diária dos profissionais que, durante o ano de 2008, foram capacitados pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais – SEDS nos cursos de Promotor e Instrutor de Direitos Humanos. Cabe tentar perceber se há discordância em relação aos

procedimentos práticos e legais de proteção dos Direitos Humanos e as práticas adotadas por aqueles que lutam para propagar tais direitos. Além disso, constitui ponto pacífico entre todos os atores envolvidos no debate a idéia de que trabalhar com Direitos Humanos exige atualização e, principalmente, a operacionalização do que é ensinado.

III - Metodologia

Diante deste cenário, a presente pesquisa se propôs a investigar questões relativas à capacitação em Direitos Humanos que a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) oferece aos seus operadores. Ou seja, compreender em que medida os operadores do sistema de defesa social efetivamente assimilaram os conhecimentos trabalhados nos cursos de Direitos Humanos realizados em 2008 e, principalmente, como esse processo impacta a percepção que os policiais têm de sua rotina profissional.

Para coletar as informações necessárias à realização destas análises, optou-se por fazer uso de uma abordagem predominantemente qualitativa. A escolha se justifica na medida em que o processo de investigação, de uma forma explícita e/ou implícita, sempre se verá obrigado a lidar com aspectos subjetivos ligados às representações dos sujeitos pesquisados. Desta maneira, o presente estudo realizou sua coleta de dados através da realização de grupos focais. No intuito de complementar a pesquisa, houve a aplicação de um questionário por telefone junto a uma parcela de operadores capacitados pelos cursos de Direitos Humanos em 2008. Tal material é apresentado em documento anexo a este relatório.

3.1. Universo da pesquisa

3.1.1. Municípios Pesquisados

A presente pesquisa foi realizada junto aos profissionais que, durante o ano de 2008, foram capacitados pela SEDS em temáticas relacionadas aos Direitos Humanos. Os cursos de Promotor e Instrutor de Direitos Humanos foram promovidos nas cidades de Belo Horizonte, Varginha, Teófilo Otoni, Barbacena e Uberlândia.

3.1.2 Plano amostral e perfil dos abordados

Inicialmente, a pesquisa previa realizar seus trabalhos junto a todos os 480 profissionais capacitados pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais - SEDS durante o ano de 2008. No entanto, apenas 193 agentes foram identificados como participantes dos cursos por suas respectivas instituições e tiveram seus contatos disponibilizados para a presente pesquisa. Destes, 24 não foram localizados e 75 se tornaram indisponíveis, por estarem de férias, aposentados, reformados, em licença médica, ou transferidos para outras regiões.

Desta maneira, os 94 operadores efetivamente aptos a serem alvos da pesquisa tinham a seguinte composição: **70 (setenta) policiais militares, 19 (dezenove) policiais civis, 1 (um) agente socioeducativo, 1 (um) agente penitenciário, 1 (um) bombeiro e 2 (dois) guardas municipais.** Diante do número extremamente reduzido de agentes socioeducativos, bombeiros militares, agentes penitenciários e guardas municipais, optou-se, com aquiescência da SASD (Superintendência de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social, da Secretaria de Defesa Social), por descartar tais operadores e concentrar a pesquisa junto aos 89 policiais civis e militares localizados.

Complementarmente, a fim de traçar um perfil sociofuncional dos operadores capacitados, foram aplicados questionários por telefone em 37 profissionais do sistema de defesa social que, por algum motivo, não compareceram aos grupos focais.

3.2. Eixo Metodológico

3.2.1. Pesquisa qualitativa

Para avaliar em que medida os operadores do Sistema de Defesa Social assimilaram os conhecimentos adquiridos nos cursos de Direitos Humanos realizados em 2008 e como esse processo modifica ou não sua percepção sobre a atividade policial, fez-se necessário captar as experiências e percepções desses profissionais capacitados e/ou treinados. Nesses termos, o uso de metodologias qualitativas se justifica na medida em que tais abordagens auxiliam compreender, com maior profundidade, experiências, sentimentos, percepções e preferências dos sujeitos estudados (além de permitir explorar questões não previstas).

Diante desta perspectiva, optou-se pela metodologia de grupos focais, com o intuito de avaliar em que medida a capacitação e/ou treinamento nos cursos integrados de promotores e instrutores de Direitos Humanos foi efetivamente assimilada pelos profissionais do Sistema de Defesa Social.

Para tanto, foram avaliados os profissionais capacitados durante o ano de 2008, nas cidades de Belo Horizonte, Varginha, Teófilo Otoni, Barbacena e Uberlândia. Os grupos focais foram formados, preferencialmente, com operadores que possuíam a mesma patente ou cargo, para que eles se sentissem mais confortáveis em expressar suas opiniões. Conforme distribuição abaixo:

LOCALIDADES	GRUPOS FOCALIS	
	<i>PM</i>	<i>PC</i>
Belo Horizonte	2	1
Varginha	1	
Barbacena	1	
Teófilo Otoni	1	1
Uberlândia	2	

Para nortear os grupos focais foram criados roteiros-guia específicos para a Polícia Civil e para a Polícia Militar⁸. Dessa forma, todos os grupos versaram sobre questões pré-estabelecidas. Os grupos foram realizados da seguinte forma:

GRUPO	CIDADE	PÚBLICO	DATA E HORA	LOCAL
1	Belo Horizonte	Tenentes e Sargentos	21/12/2009 às 13h30	CRISP
2	Belo Horizonte	Sargentos	11/12/2009 às 14hs	CRISP
3	Belo Horizonte	Agentes Polícia Civil	15/12/2009 às 14hs	CRISP
4	Barbacena	Cabos e Soldados	16/12/2009 às 13h30	Hotel Master Plaza
5	Varginha	Cabos e Soldados	18/12/2009 às 13h30	Hotel Podium
6	Teófilo Otoni	Agentes Polícia Civil	22/12/2009 às 9hs	Hotel Capital das Pedras
7	Teófilo Otoni	Cabos e Sargentos	22/12/2009 às 14hs	Hotel Capital das Pedras
8	Uberlândia	Soldados, Cabos e Sargentos	22/12/2009 às 10hs	Hotel San Diego
9	Uberlândia	Soldados	22/12/2009 às 14hs	Hotel San Diego

⁸ Os roteiros utilizados nos grupos focais encontram-se em anexo.

3.2.2. Justificativa para a utilização da técnica de grupos focais

Em termos gerais, o que se define por *Grupos Focais* são grupos de discussão geralmente constituídos por seis a oito pessoas, que são convidadas a debater sobre um determinado assunto com a ajuda de um moderador. O objetivo central do grupo focal é identificar percepções, sentimentos, atitudes e idéias dos participantes a respeito de um determinado assunto, produto ou atividade. O moderador sugere uma progressão natural dos assuntos, partindo de tópicos mais gerais até chegar ao foco específico da pesquisa. A discussão do grupo focal deve acontecer numa atmosfera agradável e informal, capaz de colocar seus participantes à vontade para expor idéias, sentimentos, necessidades e opiniões.

A dinâmica e a interação do grupo é parte integrante da técnica, pois os participantes, engajados na discussão, dirigem seus comentários aos outros participantes, ao invés de interagirem apenas com o moderador. É importante considerar a interação do grupo como algo produtivo que amplia o espectro de respostas, ativando detalhes de experiências esquecidas e desinibindo os participantes (Caterall & Maclaran, 1997). Ressalta-se que os grupos focais são úteis quando os pesquisadores buscam soluções criativas e inovadoras, coletando informações não facilmente obtidas por meio de outras técnicas: “*os resultados de um grupo focal são ilustrativos e fornecem um conjunto de idéias em relação ao tópico de interesse*” (Johnson, 1994). Comparado ao questionário, ferramenta usual de coleta de dados, o grupo focal, por dar oportunidade aos participantes de exporem aberta e detalhadamente seus pontos de vista, é capaz de trazer à tona respostas mais completas, permitindo ao pesquisador conhecer melhor e mais profundamente o grupo pesquisado.

Geralmente, a atuação das pessoas em um grupo obedece a determinada progressão de níveis. O moderador tem a difícil tarefa de conduzir a reunião de forma a ultrapassar o nível superficial e defensivo, normal em qualquer interação entre pessoas desconhecidas, com intuito de alcançar o lado autêntico de cada participante. É importante ressaltar que o grupo focal visa à geração de idéias e opiniões espontâneas, sendo extremamente importante a participação de todos, porém sem coação. Nesse sentido, o moderador deve promover a discussão entre os participantes, sem perguntar diretamente a cada um deles, isto é, sem que a reunião pareça uma série de entrevistas

individuais. O papel do moderador é muito mais passivo do que o de um entrevistador. Diferentemente de outras técnicas de reunião, seu objetivo é a sinergia entre as pessoas e não o consenso. Dito de outra forma, as questões aventadas pelo pesquisador devem ser capazes de instaurar e alimentar o debate entre os participantes, sem que isso equivalha à preocupação com a formação de consensos. Logicamente, algumas opiniões causam mais impacto e polêmica que outras, gerando reações que ora convergem ora divergem. O importante é que todos tenham possibilidades equânimes de apresentar suas concepções e que elas sejam discutidas e problematizadas.

3.3. Mapeamento da Proposta Pedagógica

Para proceder na avaliação proposta, a equipe de pesquisa realizou o mapeamento da proposta pedagógica dos cursos de promotor, instrutor e multiplicador de Direitos Humanos oferecidos pela SEDS em 2008. Para tanto, analisou diversos documentos de normatização dos cursos, bem como o ementário das disciplinas e o manual para instrutores intitulado “Para Servir e Proteger”, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV). Tal procedimento se justifica na medida em que a análise desse material ajuda a compreender a forma como os cursos trabalharam os princípios dos Direitos Humanos junto aos alunos e, principalmente, os possíveis impactos que tais cursos provocam na percepção dos policiais sobre sua rotina profissional.

O ementário das disciplinas do curso de Direitos Humanos se encontrava disposto da seguinte forma:

1. Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) – A disciplina tem o objetivo de fornecer ao aluno conhecimentos básicos acerca das normas e princípios do Direito Internacional e uma visão dos Direitos Humanos no Direito Internacional.
2. Direito Internacional Humanitário (DIH) – Propõe oferecer ao aluno cabedal teórico instrumental acerca do “Direito dos Conflitos Armados”.
3. Vítimas da Criminalidade e Abuso de Poder (VCAP) – A disciplina tem o objetivo de capacitar o policial para atuar de forma mais adequada às necessidades da vítima e evitar atos de abuso de poder.

4. Captura e Detenção (CD) – A disciplina tem por objetivo proporcionar ao aluno conhecimentos sobre os pressupostos teóricos e práticos básicos da Filosofia de Direitos Humanos para as Forças Policiais referentes à Captura e Detenção, além de conhecimentos acerca dos conceitos básicos que norteiam a Disciplina.
5. Organização e Atividades do CICV – Esta disciplina tem por objetivo informar ao aluno da composição e atividades do CICV e sua importância no contexto mundial.
6. Gerenciamento de Crise (GC) – A disciplina tem por objetivo informar ao profissional de Segurança Pública sobre a concepção filosófica e metodológica dos Direitos Humanos na solução de ocorrências de alta complexidade.
7. Manutenção da Ordem Pública (MOP) – Esta disciplina tem por objetivo capacitar o policial a lidar com conflitos que geram a quebra da ordem pública.
8. Conduta Ética e Legal (CEL) – A disciplina visa atualizar o conhecimento discente através da reflexão racional de documentos da doutrina policial e, sob seu enfoque, proceder análise de ocorrências e fatos atinentes à missão policial.
9. Humanização da Polícia (HP) – A disciplina tem o objetivo de sensibilizar o aluno para o tema Direitos Humanos, levando-o a conhecer seus direitos como pessoa humana.
10. Metodologia do Ensino Policial (MEP) – A disciplina tem o objetivo de possibilitar ao aluno conhecer os pressupostos teóricos e práticos básicos que regem o processo de ensino e aprendizagem no treinamento policial, além de conhecer conceitos básicos do Ciclo Vivência da Aprendizagem.
11. Grupos Vulneráveis (GV) – A disciplina tem o objetivo de proporcionar ao policial militar conhecimentos básicos sobre o conceito de Grupos Vulneráveis e minorias.
12. Treinamento com Arma de Fogo (TAF) – A matéria tem por objetivo desenvolver habilidades para o uso da arma de fogo segundo os princípios legais.
13. Uso da Força e Arma de Fogo (UFAF) – Esta matéria tem como objetivo informar ao policial da importância de se utilizar a ética no desempenho de suas funções.

14. Abordagem a Suspeitos (TPB1) – A matéria tem por objetivo fazer com que o policial, durante a abordagem, esteja em segurança, sabendo delimitar a área de segurança, área de risco e realizar a abordagem dentro dos Direitos Humanos.
15. Abordagens a Veículos (TPB2) – A disciplina tem por objetivo possibilitar uma discussão acerca da prática de técnicas e táticas de abordagem em veículos e métodos de abordagem em situações adversas.
16. Adentramento em Edificações (TPB3) – A disciplina tem por objetivo proporcionar ao aluno, condições de melhor avaliar a sua abordagem, sua movimentação no terreno, condução da arma e técnicas de verbalização.
17. Imobilizações Táticas (IT) – A disciplina tem por objetivo proporcionar ao aluno, através da prática, como imobilizar um cidadão infrator, usando o mínimo de violência, dentro das normas do CICV.
18. Direitos Humanos e a Investigação Policial (DHIP) – A disciplina tem o objetivo de informar aos alunos como a investigação policial deve ser conduzida de forma ética e legal em conformidade com os padrões internacionais de Direitos Humanos recomendado pelas Nações Unidas.

Os operadores do sistema de defesa social que participaram do grupo focal 02, composto de sargentos da Polícia Militar de Belo Horizonte, e o grupo focal 03, composto de agentes da Polícia Civil de Belo Horizonte, realizaram o curso integrado de Instrutor de Direitos Humanos. De acordo com a documentação analisada, as diretrizes gerais do curso eram:

- 1) Capacitar os discentes em conformidade com a matriz curricular estabelecida pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), nos padrões do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), para o planejamento e exercício da docência com ênfase aos princípios de Direitos Humanos aplicados à atividade policial;
- 2) Propiciar aos discentes conhecimentos dos pressupostos teóricos e práticos básicos que regem o processo ensino e aprendizagem no treinamento policial, levando em consideração os princípios de Direitos Humanos em uma perspectiva interdisciplinar e transversal;
- 3) Integrar os demais órgãos de Defesa Social na filosofia de Direitos Humanos, com vistas a estreitar laços de parceria, e buscar uma construção conjunta do tema na sociedade.

Os demais operadores do sistema de defesa social que participaram dos grupos focais realizaram o curso integrado de Promotor de Direitos Humanos, cujos objetivos principais foram identificados da seguinte forma:

- 1) Capacitar policiais militares, policiais civis e agentes penitenciários no intuito de fornecer os conhecimentos necessários para que os princípios e as normas fundamentais de direitos humanos e do direito internacional humanitário fossem, nos aspectos teóricos e práticos, integrados nos processos de atuação policial.
- 2) Implementar uma nova filosofia de atuação profissional dos policiais e agentes, através da aplicação das normas fundamentais de direitos humanos e do direito internacional humanitário.
- 3) Capacitar os policiais e agentes penitenciários com novos conhecimentos e técnicas aplicadas a sua atuação cotidiana.
- 4) Possibilitar a quebra de resistências contra o tema Direitos Humanos, a partir de um processo de conscientização e internalização dos preceitos, conceitos e normas relativas aos direitos humanos.
- 5) Integrar os demais órgãos de Defesa Social na filosofia de Direitos Humanos, com vistas a estreitar laços de parceria, e buscar uma construção conjunta do tema na sociedade.

IV - Resultados

Nesta seção serão apresentados detalhadamente os resultados obtidos pela pesquisa. Antes, no entanto, cabe tecer algumas considerações sobre a própria dinâmica de realização dos grupos focais. Como poderá ser observado a seguir, a pesquisa tratou de abordar junto aos grupos de policiais nove temas considerados estruturadores da temática dos Direitos Humanos⁹. Para tanto, fez uso de diversas questões representativas de cada um dos eixos.

Algumas questões consideradas mais diretamente relacionadas aos eixos de investigação foram apresentadas a todos os grupos de policiais. Elas compunham um roteiro-mínimo seguido indiscriminadamente por todos os moderadores. Por outro lado,

⁹ (1) Vedação á tortura, (2) não discriminação, (3) presunção da inocência, (4) integridade física e moral da pessoa presa, (5) igualdade sem distinção de credo religioso, (6) igualdade de gênero, (7) não discriminação de raça, cor ou etnia, (8) direito à vida e (9) direito à privacidade.

outras questões mais específicas foram discutidas somente junto a determinados grupos, de acordo com o julgamento feito pelo próprio moderador durante a realização do grupo.

Essa variação justificou-se na medida em que certos grupos demandaram um tempo maior de discussão em torno do “roteiro mínimo”, impossibilitando a apresentação de todos os exemplos do roteiro. Isso significa dizer que todas as discussões propostas no “roteiro mínimo” (essenciais à pesquisa) foram realizadas com todos os grupos. Mas, devido à escassez de tempo ou outra contingência, determinadas questões mais específicas só foram respondidas por um ou mais grupos, de acordo com o entendimento do moderador, quando necessárias para o esclarecimento de algum ponto específico. Dito isso, passa-se a apresentar os resultados da pesquisa.

4.1. Grupos Focais

Optou-se por utilizar casos reais e hipotéticos para provocar as discussões que se pretendiam observar. Inicialmente, eram apresentados casos reais com desfechos já conhecidos, no intuito de “descontrair” os participantes e ambientar as discussões. Partiu-se do princípio de que os integrantes do grupo ficariam mais à vontade para falar sobre a ação de outros e comentar casos já amplamente veiculados pela mídia.

Logo após essa fase de “aquecimento”, foram propostos casos hipotéticos de realidades vivenciadas por policiais, para que os participantes discutissem o que eles próprios fariam diante das situações. Por meio desta estratégia de abordagem, a pesquisa procurou mensurar em que medida os conteúdos oferecidos nos cursos de Direitos Humanos foram absorvidos pelos operadores policiais, como também os meios de transposição desses conteúdos para a prática da atividade policial.

4.1.1. Questões Iniciais – Polícia Militar

Caso 1- No filme “Tropa de Elite” existe uma cena em que o Capitão Nascimento – Capitão do BOPE – sobe uma favela com sua tropa para dar início à operação que tenta cuidar da visita do Papa ao Brasil. Ele alega para seus superiores que estas subidas ao morro não darão certo, por vários motivos, mas mesmo assim acata a ordem. Na primeira destas incursões eles surpreendem um “bando” de jovens em uma laje. Atiram nos dois adolescentes que estavam armados e faziam a segurança do lugar. A intenção

do capitão era encontrar a pessoa que levava a “carga”. Para tanto, ele escolheu o rapaz que disse ser estudante. Ele dá tapas na cara e empurrões no rapaz, também encosta o rosto dele nas feridas do jovem morto. O estudante aponta para a pessoa que levava a “carga”. Na mesma cena o capitão manda soltar o “fogueteiro” que estava com o grupo. Como você avalia a ação dos policiais neste caso?

Os participantes problematizaram a situação, tecendo também algumas considerações interessantes que permeiam o universo policial.

No grupo de tenentes e sargentos de Belo Horizonte, os participantes pontuaram a ilegalidade das ações dos policiais, não condizente com a doutrina dos Direitos Humanos, na qual se destaca a tortura. Segundo eles, “*os fins não justificam os meios*”, portanto, quando o policial utiliza de tais métodos para resolver um crime, acaba cometendo outro e se igualando ao criminoso.

No grupo de sargentos, também de Belo Horizonte, um participante afirmou que os policiais da cena agiram sob emoção, extrapolando inclusive a função da Polícia Militar e entrando na esfera da Polícia Civil, ou seja, da investigação. Nesse momento, outro participante completou dizendo que além de ter havido excesso na função esta foi à margem da lei, já que o trabalho investigativo não pode envolver abuso de autoridade e agressão.

Durante o debate a maioria dos participantes criminalizou a atuação: “*não adianta pegar uma carga de 2, 3 mil quilos de drogas se pra chegar naquela soma grandiosa vai ter que ter o cometimento de outro crime (...) quando você vai nesse resultado cometendo outro crime aí o resultado dali vai ser zero, vai ser zerado*”.

Um dos participantes também complexificou a questão afirmando que o “Polícia de Resultados” também contribui para essas situações, no sentido de, no limite, estimular os policiais ao cumprimento de metas à revelia da lei, ou seja, sem questionar o que foi feito para chegar a tal resultado. Em seguida, dois participantes discordaram da colocação, alegando que essa seria uma má interpretação de quem cumpre a meta. Contudo, pontuaram também que há uma forte cobrança em torno desses resultados - muitas vezes de difícil operacionalização - não importando para o Estado o quesito da qualidade: “*e quem é a principal pessoa que sofre com isso tudo é o policial depois. É*

ele que vai responder por tudo aquilo e o Estado vai falar assim: não, isso aqui não me pertence mais”.

No grupo de Barbacena a discussão foi ao encontro dos grupos de Belo Horizonte. Os participantes afirmaram que o problema é quando a situação se transpõe para uma “guerra pessoal” que divide, de um lado, a polícia, de outro, os criminosos, passando a ser uma relação de ódio e vingança. Segundo eles, o policial passa a ser “um bandido fardado” e perde a credibilidade e respeito da população.

Após essas considerações, os participantes passaram a discutir sobre o papel da polícia na sociedade, no contexto de criminalidade e violência em que hoje vivemos. Justificaram que o policial se deixa muitas vezes levar pela emoção, pois: *“a carga de ação da policia é muito grande. Tudo em cima da polícia, né. A policia militar, ela tem assim entre aspas, né abraçado tudo. Porque o Estado ele tá sendo omissivo no resto, né (...) e nossa ação tem sido paliativa. Você vem corta e nasce de novo”.* Outro completou: *“a sensação que eu sinto hoje é a sensação de impunidade. O camarada sabe o que vai fazer e não vai dar em nada. Ele ainda sai debochando do policial”.*

Os participantes do grupo de Varginha, por sua vez, ressaltaram que a situação no Rio de Janeiro é bastante distinta, sendo difícil avaliar a atitude dos policiais nesse contexto. De acordo com eles, a convivência com a violência extrema e a falta de recursos adequados para dar uma resposta ao crime, levam os policiais a agirem dessa maneira: *“deve virar até uma paranóia, eu acredito que lá é o único remédio que eles têm. Eles não conhecem outro meio para resolver o problema dos bandidos”.* Enfatizaram que a atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro é diferente: *“o próprio treinamento é tipo para a guerra. E o cara que vai para guerra ele não vai respeitar os direitos humanos de ninguém”.*

No grupo de Teófilo Otoni, um participante afirmou que não há como combater o mal com o bem. Ele comentou que já agrediu suspeitos para conseguir informações e que os demais participantes presentes também: *“a gente apreende aquilo que a gente faz pra mais. Não tem como. Você não consegue. Não consegue. Isso é comprovado desde os primórdios. Não tem como. Pra você descobrir uma droga mais pesada, uma carga que ele queria mais pesada, ele tem que achacoalhar o cara mesmo, dar tapa no cara, porque senão não descobre. Quem de nós aqui, não vamos ser hipócritas, quem*

de nós aqui já não deu porrada pra achar droga, pra achar arma? Eu já dei. Todo mundo aqui já deu. Entendeu?”. Ainda de acordo com esse participante “o correto era só ele prender o que tava só fumando a maconha e levar pra delegacia. Daí dez, vinte, trinta minutos o cara tava solto. O quê que ele quis fazer? Ele quis dismantelar o crime que tava rolando ali naquela hora. E o quê que ele fez, quis mostrar. Foi um desabafo dele”.

Esse mesmo participante apontou ainda que muitas mortes que ocorrem nesses casos não são responsabilidade apenas do policial que atira, mas, às vezes, da própria pessoa que, com todo seu passado, traçou esse destino. Nesse momento, outro participante relatou que trabalhou por muito tempo em área de risco e que não gostaria de atuar mais nessas localidades: *“porque é complicado, o crime tá lá, tem que ser combatido e não tem apoio (...) não tem respaldo pra trabalhar.”* Outro policial complementa: *“não tem apoio dentro do Batalhão, não tem apoio dos órgãos sociais. Tá o pau comendo lá e querem que seja resolvido. Entendeu?”.*

Os participantes pontuaram que existe uma diferença entre os ensinamentos repassados durante o curso oferecido aos integrantes do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco (GEPAR) e o que se faz na prática. Relataram que o policial que trabalha em área de risco está sujeito a toda sorte de complicações, desde problemas de saúde devido ao estresse, até os processos disciplinares internos da instituição. Um participante colocou ainda: *“o GEPAR da forma que é aqui em Teófilo Otoni... todo mundo que é de atuação pesada, GATE, ROTAM, GEPAR, é de tortura”.* Segundo os participantes, contribui muito para que o policial extrapole sua função e, por conseguinte, a lei, a falta de respaldo institucional frente às ameaças que recebem, sobretudo, do tráfico. Eles mencionaram que todos os presentes no grupo estão ameaçados de morte, que já fizeram um documento e apresentaram tanto para a Polícia Militar quanto para o Judiciário local a fim de receber algum tipo de proteção, mas que nenhuma providência foi tomada, apenas lhes foi concedida autorização para permanecer armado.

Em Uberlândia, os participantes também ponderaram sobre as diferenças entre as polícias dos dois Estados e afirmaram ser difícil avaliar um contexto que não vivenciam. Ressaltaram que o policial quando entra em um aglomerado está sob muita

tensão, com perigo eminente de morte e que, portanto, encontra-se numa condição limite em que qualquer coisa pode desencadear uma atitude extremada.

De todo modo, discordaram da atuação violenta dos policiais na cena do filme: *“nós não estamos ganhando nada em prender vagabundo aí na base de tortura, de plantar provas ilícitas. Nós não ganhamos nada com isso (...) nós temos aqui uma condição de trabalho boa em Minas Gerais. Nós somos completamente impessoais no nosso trabalho”*. Destacaram que o policial do BOPE tem atuação diferente: *“é uma equipe treinada pra chegar e já arrear mesmo. Quando o BOPE é chamado eles já sabem que é pra chegar, entrar e atirar”*.

Diferenciando da polícia do Rio de Janeiro, descartaram a prática de excessos, alegando que agem de acordo com a reação do suspeito: *“temos em Uberlândia diversas, mas diversas ocorrências que podem mostrar isso aí. Quantas e quantas vezes a gente aborda o cidadão ele tá armado. Tá com disposição. Já efetuou roubo. Ele cai na nossa mão. Ele tem total confiança em pegar a arma e colocar no chão. Ele sabe que ele não vai morrer (...) ele coopera quando ele cai. Aqui a gente trabalha dessa forma”*.

Os participantes, em geral, demonstraram não concordar com a cena apresentada. No entanto, cabe ressaltar que muitos deles apontam alguns fatores que dificultam a aplicação do princípio de vedação à tortura: contexto de violência extrema - como o do Rio de Janeiro; falta de recursos apropriados para o combate à violência; falta de respaldo institucional e falta de treinamento adequado.

Caso 2 - Após a morte do garoto João Hélio, em fevereiro de 2007, no Rio de Janeiro, a polícia mantinha uma patrulha, com dois policiais, no local do crime. No final de abril do mesmo ano, criminosos, que segundo a polícia seriam do complexo do Alemão, assassinaram os dois policiais em Oswaldo Cruz. Desde então, mais precisamente a partir de 2 de maio de 2007, foram feitas operações no complexo. A de maior repercussão aconteceu no dia 27 de junho e reuniu em torno de 1.200 policiais entre civis, militares e 150 soldados da Força Nacional. Foi uma megaoperação de cerco para cumprir mandados de prisão e fazer apreensões de drogas e de armas. O saldo da operação foi de dezenove pessoas mortas e várias outras feridas. Gostaríamos que vocês avaliassem a operação.

Dentre os grupos focais em que foi apresentado o fato descrito acima, apenas os participantes de Teófilo Otoni não consideraram que houve excessos na operação. As

colocações desses participantes sobre o caso se referiram quase que exclusivamente à situação da segurança pública do Rio de Janeiro e seus agravantes. Nos demais grupos, embora os policiais fizessem considerações semelhantes sobre o específico contexto carioca, houve críticas, destacando o impacto negativo da operação.

Os participantes de Barbacena concentraram suas opiniões no discurso de que a mídia é um problema para a segurança pública, na medida em que “espetaculariza” muito a violência no Rio de Janeiro. Segundo eles, há também outros Estados bastante violentos, como o Pará, mas que não estão em evidência na imprensa. Pontuaram ainda que a população, da mesma forma, é responsável pela situação, já que historicamente negou o problema que apenas vem à tona quando ocorrem casos dramáticos como este envolvendo as classes média e alta.

Em relação à atuação da polícia, eles ressaltaram que toda morte repercute muito, mas que é complicado avaliar situações ocorridas em outra realidade: *“acho que qualquer operação que traga a morte de alguém, ela não vai ser bem vista. Embora lá no Rio a gente não possa falar muito, porque a gente não tá vivendo a situação. Lá a favela são os marginais. Então eles estão armados. Então a polícia tem que revidar. Embora as mortes não sejam bem vistas, né, pela sociedade”*.

Em seguida, discutiu-se também que o problema acaba sendo reduzido à atuação da Polícia Militar: *“a sociedade é uma cobra. E ela tem que achar um culpado pra isso aí. É muito mais fácil julgar um policial, do que assumir a responsabilidade (...) E o Código Penal é bem antigo. Então deveria rever as leis de nosso país. Mas a sociedade ela quer culpar, de qualquer maneira. E aí, nesse caso aí, a mídia bate em cima mesmo. Bate firme para realmente achar o culpado. É a polícia”*.

Os participantes destacaram que em todo lugar a criminalidade está aumentando sensivelmente, inclusive em Barbacena. Mas que todos fecham os olhos ante ao problema, até que acontece alguma tragédia. Nesse sentido, discutiu-se sobre a questão da prevenção à criminalidade como uma solução real já que se antecipa ao problema. Colocaram também a importância do policiamento comunitário que proporciona maior proximidade entre o cidadão e a polícia. Enfatizaram que a Polícia Militar tem trabalhado apenas na repressão, “apagando incêndio”, mas que seu trabalho, ao

contrário, deve ter enfoque preventivo. Nesse sentido, citaram como boa prática no cenário carioca a instalação de bases comunitárias nas vilas e aglomerados.

Os participantes de Teófilo Otoni, por sua vez, afirmaram que a operação foi realizada a fim de cumprir mandados de busca e apreensão e que o saldo de várias mortes foi consequência disso. Questionaram quantas pessoas dentre os mortos possuíam ficha policial num intuito de relativizar tal resultado. Ressaltaram que quando envolvem mortes de policiais, a situação também toma outra proporção: *“aí vê um polícia morto, os outros polícia que chega já chega diferente. Então, é uma coisa difícil de conter. Na verdade, é uma guerra. E na guerra, infelizmente, tem gente que morre”*.

Após essas colocações, iniciou-se uma discussão também acerca da diferença entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais: *“chegou um nível a criminalidade no Rio que tá insustentável, insuportável. Então o policial militar foi pra essa operação com o objetivo de cumprir o mandato de busca e apreensão. Só que também já foram abalados pela morte de dois companheiros. Chegaram lá e com certeza tiveram resposta dos traficantes que devem ter dado tiro em cima deles. Então eles revidaram”*. Eles pontuaram ainda que a polícia e outras instituições cariocas não inspiram confiança na população.

Nos grupos focais de Belo Horizonte, Uberlândia e Varginha, os participantes destacaram a abordagem repressiva da Polícia Militar no Rio de Janeiro, avaliando que a referida operação, embora tenha sido necessária, apresentou excessos. De todo modo, a maioria dos participantes também fez considerações sobre as peculiaridades do contexto carioca.

No grupo de tenentes e sargentos de Belo Horizonte, após certa recusa de alguns participantes em opinar sobre a operação, segundo eles, por se tratar de outro Estado, alguns policiais fizeram questionamentos sobre as mortes: *“eu acho que a operação é necessária, talvez o resultado é aceitável. A gente também precisa saber quem são essas pessoas que morreram, se estavam fazendo parte ou se não estavam, se eram pessoas inocentes. A proposição da questão parece que eram todos inocentes e foram mortos, assim de forma aleatória...”*.

No grupo de sargentos de Belo Horizonte, os participantes inicialmente também não quiseram avaliar, alegando não conhecerem detalhes da operação. Eles pontuaram,

contudo, que são treinados apenas para atirar visando cessar a ação: *“porque não existe essa intenção de execução, policiais não treinam para executar, treinam só para preservar a vida”*. Eles acreditam que a falha foi na instância de planejamento da operação e não dos policiais que apenas a executaram, deparando-se com algumas adversidades durante a mesma. Nesse sentido, questionaram se de fato seria o momento de realizar a operação, dado que, na visão deles, o saldo foi negativo.

Os participantes de Varginha afirmaram que a operação foi desnecessária, acarretando muitas perdas. Ao contrário dos sargentos e tenentes de Belo Horizonte, questionaram: *“será que destes 19, será que todos eram bandidos? Eles mostraram uma resposta muito rápida, mas não foi uma resposta eficiente, né?”*. Os participantes alegaram que no Rio de Janeiro, sobretudo nos aglomerados, faltam bases comunitárias da Polícia Militar que permitam a presença constante dos policiais e um trabalho social nessas localidades, para que o policial não encontre a situação que vigora hoje: *“infelizmente ter que entrar atirando na favela”*.

O grupo de Uberlândia reiterou algumas questões apresentadas pelos participantes dos demais grupos. Eles apontaram a incapacidade do Estado em conferir uma resposta eficiente no campo da segurança pública, tendo como pano de fundo, além das mazelas sociais, o enfoque repressivo da polícia: *“o Estado ali ele não tem controle. E quando chega determinado ponto extremo, o quê que o Estado faz? Repressão. Repressão. Então assim, a gente vive na ponta do iceberg. Então a base, a estrutura social ali já não consegue resolver. Já não tem investimento, estudo, ação, saúde, melhorias de vida. O que resta ao Estado? Repressão”*.

Os participantes discutiram sobre a importância de se ter uma política de segurança pública para que esta não se reduza a uma reação aos incidentes que, no limite, responsabiliza apenas o policial que tem que cumprir determinações sem reais condições para tal: *“a polícia quando sobe, tem que subir atirando mesmo. Porque se não ele vai morrer. Então não tem outra escolha. Toda tática, toda esquematização, quando eles chegam lá no pé do morro aquilo já começa a surgir confronto. Porque é muita bala que vem de cima pra baixo. É violência o tempo todo. Como é que não vai atirar? Difícil”*. Eles também criticaram a mídia como apenas mais um ator a instigar a violência no Rio de Janeiro e elogiaram as bases comunitárias que estão sendo

instaladas em alguns aglomerados: *“agora tão tentando várias outras atitudes do Estado. Tão implantando batalhões nos morros lá (...) polícia pacificadora que eles falam (...). Então a coisa tá melhorando. Tá melhorando. A prevenção está começando a acontecer”*.

Resumindo, os participantes, num primeiro momento, são contra os excessos na atuação da função policial. No entanto, apontam situações nas quais a aplicação do princípio de direito à vida deva ser problematizada: contextos de violência extrema - como o do Rio de Janeiro; situações de muita emoção - como a morte de policiais; e por fim, a insuficiência ou mesmo inexistência de um enfoque preventivo.

4.1.2. Questões Iniciais – Polícia Civil

Caso 1 - Luiz Cosme Barbosa, conhecido como “Barriga”, é considerado um dos maiores traficantes do Estado e está foragido. “Barriga” vem sendo monitorado pela sua equipe, vocês descobrem uma de suas residências. Em uma ação conjunta com a PM, começam a monitorar o local e solicitam à Justiça um mandado de busca e apreensão. O mandado está demorando e, em uma manhã de campana, vocês abordam dois homens que chegavam ao sítio. Com eles, não é encontrado nada. Mas vocês possuem informação que os dois fazem parte do bando do “Barriga” e que naquele local tem uma grande quantidade de drogas e armas. O que fazer nesta situação?

No grupo de Belo Horizonte, após a leitura do caso, um participante afirmou que o correto seria continuar monitorando e aguardar o mandado judicial. Outro participante, completou, dizendo que teria que informar os fatos ao superior. Nesse momento, um participante interveio alegando que isso seria o ideal, porém que era de conhecimento de todos ali que, nessas circunstâncias, caso liberassem os dois suspeitos, a operação estaria comprometida: *“nesse estado aí, quem tá na rua sabe que a diferença está nos detalhes. Se liberassem os dois, por exemplo, avisariam que nós estaríamos de campana, e aí o serviço estaria perdido”*. Os demais participantes consentiram de forma gestual.

Iniciou-se um debate sobre o momento exato para se fazer a abordagem aos suspeitos, ou seja, antes de eles adentrarem no local ou depois, na saída. Um participante enfatizou que, nesse caso, sem mandado, nem abordaria nem entraria no local. Outro participante ponderou que o policial tem que ter cautela, pois pode ser

responsabilizado por seus atos: “às vezes a gente até passa um aperto por ter feito a abordagem”. Contudo, após alguns questionamentos de outro participante, o mesmo policial que havia afirmado que não teria nenhuma atitude sem o mandado, completou: “só entraria se tivesse em flagrante evidente. Mas no caso aí não teve o flagrante, não tem nada, só... só rumores, né, não tem prova nenhuma, não entraria. Só se tivesse certeza que teria a prova, se tivesse abordado eles, e eles: ‘lá tá cheio de droga’”. Nesse momento, outros participantes reiteraram que, por esse mesmo motivo, aguardariam para abordar os suspeitos na saída, a fim de se certificarem que, de fato, haveria provas no local, legitimando, pois, a entrada, mesmo que sem autorização judicial.

No grupo de Teófilo Otoni, os participantes tiveram o mesmo posicionamento dos policiais de Belo Horizonte no sentido de afirmar que apenas entrariam no local, sem respaldo legal, caso tivessem plena convicção do flagrante: “sem certeza absoluta e sem um mandado judicial não tem condições de entrar não”. Um participante embora tenha concordado com essa fala, expressou preocupação quanto às possíveis consequências de uma ação à margem da lei: “eu sou da mesma opinião. Eu acredito que se você está numa campana é uma questão de oportunidade, mas se você não tem uma fundada certeza de que você vai entrar e que vai achar a droga, é uma questão até de segurança pro próprio policial. Porque você vai estar achando que vai tá fazendo uma coisa certa ali, que vai ser um sucesso, mas você pode estar prejudicando até sua vida profissional. Então a gente tem que seguir pelos trâmites legais. Aguardar, continuar acompanhando e aguardar a chegada de um mandado”.

Em seguida, iniciou-se também a discussão em torno do momento correto para se efetuar a abordagem dos suspeitos, sendo que um participante destacou que esta deveria ser realizada na saída do local: “se estava monitorando, esse pessoal tinha de esperar eles entrarem e abordar na saída pra ver se pegava alguma coisa com eles”.

Nota-se com isso que, embora os participantes tenham demonstrado conhecimento sobre a necessidade de autorização judicial para a violação de um domicílio - refletindo, sobretudo, sobre as consequências de uma responsabilização posterior - é fato que, na certeza de que encontrarão provas que permitam o flagrante, eles não só entrariam no local como também acreditam estar realizando uma conduta

legítima. Ou seja, pode-se mensurar que, para eles, não se trata do direito em si da inviolabilidade do domicílio sem expressa autorização judicial, mas o respaldo ou não concedido por um possível flagrante.

4.1.3. Questões hipotéticas criadas a partir dos princípios de Direitos Humanos

4.1.3.1. Vedação à tortura, direitos do preso à integridade física e moral e a permanecer calado.

Caso 1: Um grupo terrorista instalou uma bomba em escola infantil. Você sabe apenas que a bomba irá estourar em uma hora, mas não sabe em qual escola a bomba foi colocada. Você apreende uma pessoa que faz parte do grupo terrorista, acredita que ela sabe em qual escola está a bomba, mas a pessoa se recusa a responder suas perguntas. O que você faz?

Resposta esperada: Negativa de qualquer possibilidade de tortura para extrair informação.

Em quatro grupos focais (sargentos – BH; tenentes – BH; soldados, cabos e sargentos e soldados – Uberlândia), os participantes alegaram que, de modo geral, não utilizariam de nenhum método de coerção física ou psicológica com o suspeito no intuito de forçá-lo a informar o local da bomba. O procedimento correto, segundo eles, seria o acionamento de grupos especializados da polícia para atuar nessas situações bem como a imediata evacuação dos estabelecimentos escolares. Afirmaram, ainda, que, paralelamente a essas ações, a Polícia Civil deve fazer um trabalho investigativo e tentar negociar a confissão com o suspeito.

Pontuaram que a polícia investigativa possui experiência em atuar nessas circunstâncias (citaram como exemplo os casos de seqüestro) e que o trabalho realizado é muito bom. Eles negaram a possibilidade de algum tipo de tortura para obtenção de informações, afirmando que sempre há a presunção de inocência. Ressaltaram também que numa situação como esta não se pode perder tempo à espera de informações que podem, inclusive, ser falsas.

Contudo, nos outros cinco grupos (cabos e soldados – Barbacena; cabos e sargentos – Teófilo Otoni; Polícia Civil – BH; Polícia Civil – Teófilo Otoni; cabos e soldados – Varginha), alguns participantes citaram a possibilidade de uso de meios ilegais. Cabe destacar que apenas no grupo focal de Varginha houve certo consenso

quanto à possibilidade de recorrer a tais métodos diante da situação apresentada. A fala de um participante ilustra o debate: *“para respeitar os direitos humanos, o policial às vezes fica de mãos atadas... olha essa situação... vai morrer muita gente, não dá tempo de evacuar as escolas, não tem jeito”*.

Nos demais grupos citados, o tema foi alvo de polêmica e discussão. Dentre as alternativas de uso de meios ilegais para extração de informação, foram citados tanto métodos de coerção física quanto psicológica. No caso desta, foi sugerido pelo grupo de Barbacena apreender algum membro da família do suspeito como meio de envolvê-lo, já que, conforme pontuaram: *“terroristas geralmente têm uma causa própria e não abrem mão de seus ideais, eles morrem, mas não falam”*. No que tange à coerção física, uma minoria dos participantes sugeriu “forçar” de alguma forma a confissão do suspeito. Contudo, a fala de um militar de Barbacena chamou a atenção ao declarar: *“nessas horas tem que ser radical, eu enfiaria um espinho debaixo da unha dele”*.

O comentário, porém, foi seguido de posicionamento distinto pelos demais participantes que afirmaram que isso não resolveria o problema. No grupo da PM de Teófilo Otoni o mesmo ocorreu. Num primeiro momento, alguns insistiram na hipótese de se forçar a confissão do suspeito, enquanto a maioria dos participantes descartou o uso de violência, apostando na negociação e evacuação das escolas: *“a tortura não resolverá o problema e não salvará a vida das crianças em risco”*.

No grupo da Polícia Civil de Belo Horizonte, o debate girou inicialmente em torno da inexistência de terrorismo no Brasil. Percebeu-se que esta atitude foi utilizada por alguns participantes como um recurso para não se posicionar diante da situação apresentada. Nesse momento, outro participante interveio trazendo o caso para o contexto brasileiro e afirmando que não se deve utilizar de tortura, já que há outras formas de conseguir informação. Alguns participantes, no entanto, observaram que a tortura de terroristas é permitida no exterior e que os direitos humanos são mal interpretados no país.

No grupo da Polícia Civil de Teófilo Otoni, os participantes comentaram que o procedimento correto seria a evacuação das escolas. No entanto, alguns deles ressaltaram, posteriormente, que se trata de uma situação de grande tensão sendo complicado prever a reação de cada pessoa. Cabe destacar que este parece ser o cerne da

questão. Uma vez que a circunstância desperta grande comoção no policial envolvido, nota-se um descompasso entre o que é colocado em termos de discurso e o que é feito na prática. Seguindo as orientações doutrinárias dos Direitos Humanos a resposta esperada seria a negativa de qualquer possibilidade de tortura para obtenção de informação, tendo em vista os princípios: vedação da tortura, direito do preso à integridade física e moral e a permanecer calado.

De modo geral, os participantes demonstram concordância em relação ao princípio de vedação à tortura. No entanto, destacam elementos dificultadores: tensão e emoção desencadeadas por determinadas situações.

Caso 2: Dois homens assaltaram um banco. Durante a fuga um dos acusados foi preso, mas o outro conseguiu fugir com o dinheiro do assalto. Na delegacia, o acusado detido confessa a co-autoria no crime. Diz ainda que sabe onde está o comparsa e o fruto do assalto, mas que não dará nenhuma informação sobre o paradeiro, porque mesmo condenado, ficará pouco tempo preso e quando sair poderá gastar sua parte do dinheiro. O gerente do banco vai até a delegacia e pergunta o que pode ser feito nessa situação, informando que o valor subtraído foi de R\$500 mil.

Resposta esperada: deve investigar através de alternativas legalmente permitidas. Em hipótese alguma deve torturar o acusado para extrair informações.

Esta situação foi apresentada apenas para um dos grupos da Polícia Civil (Teófilo Otoni). Na situação exposta, os participantes afirmaram que casos semelhantes a esse são comuns, mas que ao policial não cabe questionar quanto tempo o suspeito ficará detido. Segundo um deles, quando ele começou a trabalhar na polícia notava que os policiais ficavam incomodados com o fato de muitas vezes prenderem uma pessoa num dia e no outro ela estar livre, mas que hoje percebe que eles já não se importam mais com o tempo que a pessoa ficará detida. De acordo com ele, cada um tem que fazer o seu serviço. Em seguida, outro participante completou: *“tem que fazer a nossa parte e a justiça que vai soltá-lo ou condená-lo. Infelizmente tem o outro órgão que é o julgador (...) realmente aqui a gente não procura saber qual a pena do cara. Se ele foi solto, se ele vai ser solto rápido”*. Foi ainda discutido que o trabalho do policial civil é essencialmente investigativo. Nesse sentido, na situação apresentada, deve-se tentar localizar o outro suspeito com o produto do crime através de investigação e não se utilizando de meios como a tortura.

Os participantes ressaltaram o papel da polícia nos dias atuais e os impactos decorrentes da evolução da atuação policial, ou seja, determinadas ações antes eram aceitas e atualmente não são mais. Da mesma forma, apontaram que um possível descrédito quanto à eficiência do fluxo do sistema de justiça criminal não determina ações contrárias ao princípio de vedação à tortura.

Caso 3: Trabalhando no caso de desaparecimento de uma criança, sua investigação indica que a criança foi estuprada, morta e teve o cadáver ocultado por um vizinho dos pais da criança. Você vai tomar o depoimento do acusado para tentar obter informações sobre o paradeiro da criança. O indivíduo sorri cinicamente e diz não saber de nada sobre o caso. O que você faz?

Resposta esperada: deve procurar investigar alternativas legalmente permitidas para solucionar o caso. Em hipótese alguma deve torturar a pessoa suspeita.

Ao final da apresentação do caso, os participantes dos dois grupos da Polícia Civil (Belo Horizonte e Teófilo Otoni) descartaram quaisquer possibilidades de extrapolação da função (policial) visando à obtenção de informações do suspeito. Segundo um participante de Belo Horizonte, há técnicas para se interrogar um suspeito de crime procurando identificar alguma contradição em suas declarações, de forma a obter a informação por meios legais: *“perguntas inteligentes que façam com que ele caia em contradição, porque ninguém ri de maus tratos e coisas assim”*.

Já os participantes de Teófilo Otoni colocaram que se deve buscar formas de continuar com as investigações, através, por exemplo, da convocação de testemunhas locais. Um participante desse grupo pontuou ainda que em relação ao cinismo do suspeito, este seria um fator de estímulo ao policial para conseguir uma prova e confrontá-lo com o fato visando à apuração do caso. Os participantes desse grupo ressaltaram que situações como esta exigem preparo e autocontrole do policial frente à reação do suspeito, pois se trata de um caso delicado e que desperta sensibilização no agente envolvido, reiterando, contudo, que não há extrapolação da lei: *“aqui em Teófilo Otoni não tem torturas, não existe isso mais. Se teve no passado... o serviço aqui é mais a questão de inteligência e de investigação mesmo”*.

Cabe destacar que no grupo de Belo Horizonte, embora nenhum participante tenha expressado ser favorável aos meios ilegais para obtenção de informações, o participante

com maior tempo de serviço problematizou a questão da tortura trazendo o contexto como fator condicionante. Nesse sentido, foi debatido o período da ditadura militar no país e a geração de policiais da época: *“porque se é ditadura com regime de exceção, vai saindo policiais também por uma época de exceção (...) eu não falaria pra você que tortura foi só até 84, 85, não... até uns 8 anos atrás, 10 anos atrás, você tinha resquícios ainda do militarismo, do regime militar, você tinha casos. Hoje você pode ouvir é... burburinho, mas em quantidade muito menor do que eu ouvia quando entrei”*.

Quando questionados sobre o porquê de ainda ocorrerem casos de tortura, tendo em vista o contexto da consolidação da democracia brasileira, um participante afirmou: *“aí entra a questão do preparo, óbvio. Tem caso que é também a índole... não sei se seria a índole, mas o caráter”*. Outro participante completou: *“mas a maioria dos casos é de treinamento. O preparo evita, te dá o limite. Te faz com que você chegue a um estado limite, e não cometa desvio. Só que tem caso que nem, nem o melhor dos preparos consegue evitar, aí entra a questão individual. Mas na grande maioria, acho que, pra grande maioria, o preparo, o treinamento, a capacitação te dá esse, esse limite”*.

Finalizando a discussão sobre o uso de métodos ilegais na obtenção de informações, tendo em vista uma perspectiva histórica e a efetividade de capacitação no tema, os participantes tornaram a problematizar a questão: *“eu creio que aos poucos o artifício da tortura vai sendo minorado. Chegar ao fim eu acho impossível, porque isso sai da esfera institucional. Aí já entra na questão do indivíduo. Mesmo que você oriente, que você o eduque, tem indivíduo que não absorve. Isso em qualquer instituição policial, em qualquer local do mundo, você vai encontrar abuso. Acho que é, isso é claro. Mas talvez uns 8, 10 anos atrás você encontraria casos de tortura mais... mais evidentes do que hoje”*.

De modo geral, os participantes descartaram a possibilidade de uso de métodos ilegais. No entanto, pontuaram fatores que inibem a plena aplicação do princípio de vedação à tortura. O primeiro diz respeito aos reflexos deixados pela história recente da ditadura e da repressão – seqüelas ocorridas durante o regime militar na atuação dos operadores mais antigos. O segundo (ocorrido após a redemocratização do país) está

relacionado ao preparo que o agente recebe frente às situações do dia-a-dia e, também, às predisposições individuais do operador.

Caso 4: Homem com histórico criminoso acaba de cumprir pena e resolve se vingar do policial que trabalhou na investigação do caso pelo qual ele foi condenado. Ele vai à casa do policial e seqüestra sua esposa. O acusado é localizado pela polícia e detido. Na delegacia, ele confessa a autoria do crime. Diz que queria se vingar do policial e “aprontou uma” para ele: enterrou sua esposa viva numa caixa e não irá falar o local. Ele informa ainda que o policial deve se apressar, pois nessas condições, ela sobreviverá por apenas algumas horas. A caixa é pequena e o ar deve estar acabando. Como agir diante dessa situação?

Resposta esperada: Negativa de possibilidade de tortura para extrair informação.

Esta situação foi apresentada apenas para um dos grupos da Polícia Civil (Teófilo Otoni).

Após leitura do caso, os participantes logo afirmaram se tratar de uma situação complicada. Eles tenderam a afirmar que tentariam descobrir a localização da vítima através de métodos legais de investigação. Pontuaram que o acusado não falaria facilmente: *“para ele ter que fazer isso, eu acho que nem sob a tortura da mais cruel ele falaria onde está essa pessoa. Eu acho que teria de usar de outros métodos”*.

Contudo, após alguns instantes, alegaram que apesar do que preconiza a lei é difícil prever exatamente como o policial irá agir: *“a lei existe é para ser cumprida. E nós como policiais, nós temos que dar o exemplo. Nós temos que ser as pessoas que agem da maneira mais correta. A gente tem que procurar, não que a gente não é, mas a gente tem que procurar agir da maneira mais correta possível. Mas como eu falei no início, a questão é achar uma coisa estando de fora, outra é viver a situação. É muito complicado te falar. A princípio seria agir da maneira legal. Só que você estando dentro do caso o pensamento é outro”*.

Nesse sentido, foi sugerido que o policial envolvido com a vítima deve ser afastado da operação e substituído por outro colega. Pode ser observado que, embora os participantes tenham feito essas ressalvas sobre a possibilidade de extrapolação legal da função, a maioria colocou os riscos de tal ação, no sentido de uma responsabilização posterior: *“porque muitas vezes torturar, matar, não vai trazer a pessoa de volta. E aí?”*

Você altera lá, mata ele, e aí? Fica ele morto, você criminal. Vai te gerar um processo e complica sua vida”.

Conclui-se que os participantes negaram, num primeiro momento, a possibilidade de tortura para extrair informações. Contudo, ressaltaram a impossibilidade de prever a própria reação frente situações de alta complexidade.

4.1.3.2. Não discriminação; igualdade sem distinção de sexo ou orientação sexual

Caso 1: Você é procurado por uma pessoa que reclama que acaba de passar na pracinha e viu dois homens de mãos dadas, e que eles chegam ao ponto de se abraçarem e beijarem na boca. O que você faz?

Resposta esperada: Explica que não pode fazer nada. Não há autorização legal para proibição de manifestações de afeto em local público (lembrando que não se trata da prática de sexo explícito).

Na situação acima, todos os participantes dos nove grupos focais da Polícia Militar foram unânimes em afirmar que não fariam nada diante da reclamação. Foi bastante discutido que casos como este são comuns, pois a sociedade ainda é preconceituosa em relação a essas questões e cobra da autoridade policial uma atitude. Pontuaram, ainda, caber ao policial que recebe a queixa orientar o reclamante de que não há nada de ilegal na conduta. Destacaram que a polícia apenas deve agir se houver excesso, ou seja, casos que envolvam atentado ao pudor. Os participantes do grupo de Teófilo Otoni, após afirmarem a legalidade da ação no contexto social, alegaram, porém, que se a mesma situação ocorresse dentro do quartel, o casal seria preso, evidenciando que para a instituição militar a conduta não é aceita internamente.

Nos grupos de Belo Horizonte (tenentes e sargentos), Uberlândia (soldados, cabos, sargentos) e Varginha, os participantes destacaram já ter vivenciado essa situação. Em Belo Horizonte, o caso relatado ocorreu na Praça 7 dias antes da realização do grupo focal e envolveu duas moças. Os policiais alegam que tentaram orientar o casal de idosos que fez a queixa, de que não se tratava de crime ou contravenção e que, portanto, nada poderiam fazer, mas o casal não concordou e ficou indignado com os militares envolvidos. Ressaltando a situação apresentada pelos colegas, um participante afirmou que depende também do contexto cultural em que se passa o caso: *“essa questão seria basicamente o homossexualismo. Eu acredito que vai depender muito da*

área geográfica e dos valores culturais da região onde você fosse abordar. Falando em Belo Horizonte, eu orientaria essa pessoa, falando com ela que é um ato em tese considerado normal e iria perguntar por qual motivo ela ficou ofendida, se ela estava com criança, e ia tentar trazer uma maior riqueza de detalhes. Mas dentro disso que foi passado, Belo Horizonte na terceira maior capital do país é um ato que é aceitável”.

Já no grupo de Uberlândia, um dos participantes afirmou que diante da situação vivenciada, sua ação foi sugerir que o casal homossexual não ficasse se expondo tanto na rua, pois incomodava as pessoas, despertando diferentes reações. Ele pontuou que só agiu porque houve reclamação de algumas pessoas. Nesse momento, este participante foi interrompido pelos demais que citaram o conteúdo do curso “Polícia e Homofobia” e deixaram claro que não há problema nenhum em homossexuais se beijarem na rua.

Em Varginha, um participante também sugeriu que se pode instruir o casal a ir para outro local a fim de evitar algum tipo de reação e constrangimento: *“dependendo do local, você poderia até instruir o casal de dois homens ali, até pela própria segurança deles, que tem muitas pessoas que têm a mentalidade muito fechada para isso e pode agir de uma forma agressiva diante da situação. Poderia instruir para eles, de repente, procurarem um local mais adequado para a própria segurança deles, dependendo do lugar que eles estiverem”.*

Em termos gerais, destaca-se que, em todos os nove grupos focais da Polícia Militar, houve consenso entre os participantes em afirmar que nada fariam ante a reclamação. Foi discutido que a ocorrência de casos como este são frequentes, pois a sociedade ainda é preconceituosa em relação a questões ligadas a homossexualidade. Ressaltaram que cabe ao policial que recebe a queixa, orientar o reclamante de que não há nada de ilegal na conduta. Segundo eles, a polícia apenas deve agir se houver excesso, ou seja, casos que envolvam atentado ao pudor. Alguns participantes, após tecerem considerações acerca da legalidade da ação no meio social, ponderaram que essa situação não poderia ocorrer internamente, num quartel, pois tal conduta não é aceita na instituição militar.

Caso 2: Transexual chama a polícia para se queixar de um vizinho que destruiu suas plantas, tentou envenenar seus animais de estimação e grita impropérios quando a avista na rua. O que você faz?

Resposta esperada: deve atender a pessoa o melhor possível, orientar sobre as providências a serem tomadas, registrar a ocorrência, identificar testemunhas, enquadrar os crimes adequadamente. Em hipótese alguma deve criticar a transexual ou minimizar a situação. Deve sempre tratar transexuais pelo nome social.

A situação acima foi apresentada apenas para um dos grupos focais de Belo Horizonte (sargentos). Em relação ao caso exposto, os participantes alegaram que realizariam os procedimentos normalmente, sem distinção alguma em função da condição da vítima. Segundo eles, tratam-se de crimes de dano ao patrimônio e difamação, cabendo, portanto, providências: *“existe uma testemunha que eu tenho um fato lá, tenho um autor e tenho uma vítima. Condução para a delegacia”*. Um participante acrescentou, ainda, que essa conduta não se refere apenas à proteção de grupos vulneráveis – prevista nas normas de Direitos Humanos – mas a qualquer pessoa que seja lesada ou ofendida, dada a prerrogativa de igualdade de aplicação da lei.

Em relação ao caso exposto, os participantes demonstram concordância em relação ao princípio de não discriminação e igualdade sem distinção de sexo ou orientação sexual. Alegam que realizariam os procedimentos cabíveis, sem distinção de nenhuma natureza em função de quem é a vítima.

Caso 3: Homem chega à delegacia visivelmente agredido, com marcas pelo rosto e corpo. Conta que é michê, e que foi contratado para passar a noite com um político famoso. O político o agrediu, contra sua vontade, deixando todas aquelas marcas em seu corpo. Quais providências você irá tomar em relação ao caso?

Resposta esperada: Deve registrar a ocorrência, procurar identificar a pessoa acusada e instaurar inquérito. Não deve insinuar que a vítima está mentindo, minimizar a situação, nem questionar a orientação sexual ou fazer comentários sobre o que considera promiscuidade ou atividade profissional da vítima. Deve tomar cuidado especial para não espalhar o caso, evitando assédio da imprensa e exposição da vida privada do suposto agressor.

Após a leitura do caso, os participantes dos dois grupos focais da Polícia Civil (Belo Horizonte e Teófilo Otoni) afirmaram que realizariam os procedimentos legais previstos, a saber: registro da ocorrência no REDS e encaminhamento para exame de corpo de delito. Salientaram que a lei deve ser cumprida independentemente das partes

envolvidas: *“a lei é pra todo mundo. E os trâmites legais vão ser seguidos da mesma maneira, se é político ou se é outra coisa, tem que ser seguida da mesma maneira correta”*.

Destaca-se, porém, que os participantes de Belo Horizonte comentaram que, embora tomem as providências cabíveis, o prosseguimento do processo depende de outros fatores como, por exemplo, a valoração do delegado. Segundo eles, ocorre muitas vezes dos agentes orientarem a vítima a buscar outras vias para garantir a efetividade da denúncia, tendo em vista as possíveis interferências que podem ocorrer em virtude da posição social do agressor: *“aí você indica os outros lugares também, mas em off (...) já teve caso semelhante de sugerir a pessoa procurar os direitos dela no Ministério Público, pra acelerar, porque sabia que o acusado, o autor, tinha poder aquisitivo maior e ia fazer de tudo, fazer tráfico de influência, pra segurar os procedimentos”*.

Nesse momento, outro participante ressaltou sobre um caso em que também prestou orientação à vítima no sentido de buscar, paralelamente à delegacia, outros canais de denúncia, quando as partes envolvidas possuem condições sociais discrepantes: *“não precisa ser empresa muito grande. O supermercado que, às vezes, por benevolência, dá a cesta básica. Se o segurança do supermercado às vezes suspeitou que uma criança estava furtando, e deu um tapa no menino, você tem de sugerir à mãe da criança procurar a Comissão de Direitos Humanos... também. Você faz o seu procedimento. Você preenche o REDS, faz o básico ali, mas sugere que ele espere um tempo, senão... corra atrás de outra forma, que você sabe que aquele procedimento pode estar comprometido”*.

Nota-se que nos três casos acima, os participantes foram unânimes no sentido de aplicar o princípio de não discriminação e a igualdade sem distinção de sexo ou orientação sexual. Destacaram o fato da licitude do ato de troca de afeto de casais do mesmo sexo em local público e, da mesma forma, apresentaram soluções ligadas à orientação tanto dos reclamantes quanto do casal – em caso de eminente ameaça à segurança deles. Por fim, confirmaram a utilização dos trâmites legais para o registro de ações ilícitas praticadas contra as pessoas pertencentes aos grupos vulneráveis.

Caso 4: Transexual é capturada após um furto em determinado aglomerado. É necessário revistá-la para saber se com ela se encontra o produto do crime. No entanto, só há policiais do sexo masculino no local. O que você faz?

Resposta esperada: a transexual deve ser tratada como mulher, inclusive com o uso de nome social. Deve ser encaminhada para um local onde haja policial feminina para fazer a revista. Não deve haver contato físico com policiais homens, e eles não devem constrangê-la com comentários grosseiros ou assédio. Mesmo a policial que for revistá-la deve proceder com impessoalidade, cuidando para não constrangê-la durante a revista.

A situação acima foi apresentada para os seguintes grupos focais: Belo Horizonte (tenentes e sargentos), Varginha e Uberlândia (soldados, cabos e sargentos; soldados). Todos os participantes do grupo de Belo Horizonte afirmaram que a revista pode ser realizada, sem problema algum, por policial masculino. Os participantes de Varginha também alegaram que realizariam o procedimento normalmente, mas complementaram que o policial não pode desrespeitar a pessoa. Um participante afirmou: *“o transexual acredita realmente que ele é uma mulher, né, e tem que respeitar ... porque às vezes eu já vi assim, é na televisão, às vezes uma conduta querendo assim... ah! qual é o seu nome masculino? Fica o tempo todo coagindo a pessoa para que ela se mostre um homem. Na verdade, ela acredita ser uma mulher, então eu acho que tem que ser respeitado isso, fazer a busca normalmente, né, por ele ser do sexo masculino, mas respeitar as condições principalmente psicológicas daquela pessoa ali”*.

No grupo de soldados, cabos e sargentos de Uberlândia, os participantes foram enfáticos em declarar que transexual é homem e que deve ser revistado por policial do sexo masculino. Um participante colocou ainda: *“é homem! É homem! É busca pessoal e, aliás, eu não vou deixar nenhuma policial feminina pôr a mão nele não, tá errado! É homem independente de ele estar vestido de mulher e se tem peito ou não tem, é homem”*.

Já o grupo de soldados de Uberlândia afirmou que há uma polêmica em torno dessa questão, citando, inclusive, a existência de uma diretriz da polícia sobre isso. Segundo um participante: *“hoje em dia isso aí o pessoal fala que são transtornos psicológicos. Ou seja, é um defeito de fábrica. A pessoa vem no corpo de homem, mas o pensamento é de mulher”*. Os policiais destacaram que o procedimento deverá ser realizado normalmente, mas com respeito pela pessoa, de forma impessoal. Houve

discussão entre os participantes se deve ser considerado transexual apenas a pessoa submetida à cirurgia ou não. De todo modo, eles concluíram: *“inclusive tem orientação de que se o indivíduo usa o nome de guerra ‘Pâmela’. É pra ser chamado de Pâmela”*.

Em relação aos três primeiros casos, houve uma predominância, entre os participantes, de uma abordagem normativo-legal. No entanto, através da situação da revista policial em uma transexual, as atitudes discriminatórias se apresentaram sutilmente. Apesar de toda tentativa de compreensão do *“universo transexual”*, os operadores pontuaram, de forma unânime, que a abordagem policial pode/deve ser feita por um policial do sexo masculino.

4.1.3.3 Presunção de inocência, integridade física e moral do preso, direito à privacidade (especialmente honra e imagem).

Caso 1: Homem foi preso, acusado de entrar indevidamente na casa de uma anciã, furtando suas jóias. Como ela faz parte de família importante na cidade, jornalistas foram ao local do crime para fotografar e filmar o acusado, inclusive fazendo pressão para você exibi-lo para as câmeras. Qual o seu procedimento neste caso?

Resposta esperada: deve impedir que a imprensa faça pré-julgamento do acusado. Não deve exibir o acusado para a imprensa, nem permitir fotos, filmagens ou xingamentos. Não deve humilhar o acusado.

Os participantes de Barbacena alegaram que se deve preservar a imagem do acusado enquanto este se encontrar sob a tutela da polícia. Eles ressaltaram que é comum assistir na televisão a cenas em que o acusado é exibido para as câmeras, mas que isso não é correto – tratando-se, nesse caso, de falta de instrução do policial -, pois a integridade moral é um direito constitucional, seja ele um infrator ou não.

No grupo de tenentes e sargentos de Belo Horizonte, as opiniões dos participantes foram semelhantes: *“sob a custódia da Polícia Militar só vai ser filmado em locais públicos (...) e se o preso permitir... apresentar a imagem do indivíduo. Vai lá e apresenta ao delegado (..) responsabilidade doravante é do indivíduo. Mas enquanto estiver sob a nossa custódia você tem que preservar o direito”*. Segundo eles, situações como esta são comuns: *“isso é bem recorrente. Em todo local que a gente atua com prisão e apreensão, a imprensa às vezes quer falar com o cidadão ali que foi preso. Só que na minha área de atuação especificamente eu não adoto essa tática, e já discuti*

com jornalistas e chegamos num consenso que onde a imagem é publica tudo bem. Mas expor, abrir a viatura ou então o policial militar põe a mão na cabeça pra filmar, a gente não trabalha assim”. Ressaltaram ainda que não há diferença de atuação devido à condição social da vítima: “o uso da imagem é dentro do que é previsto nas normas, não em virtude da vítima ser de poder aquisitivo alto ou baixo (..) eu não teria nenhuma atitude na questão de estar privilegiando a, b, ou c, família mais rica ou mais pobre. Atuação policial normal”.

O grupo de sargentos de Belo Horizonte também opinou no mesmo sentido: “a Constituição veda isso... até onde eu sei existe normas que veda essa exposição da pessoa que esteja presa, detida. É verdade que se ela deixar, aí a discussão é da imprensa”. Um participante ponderou que por se tratar do envolvimento de uma família com influência poderia haver uma atitude diferente: “na verdade se a pessoa é de uma família influente ela... foi vítima, a polícia vai atuar diferente”. Porém, outro participante foi de encontro à colocação, o que fez com que o anterior silenciasse: “não, que isso? A atuação que tem que ser pra uma, independente da classe social, econômica, deve ser a mesma, não pode haver diferença, interferência, não”. Após esse comentário, os participantes mudaram de assunto.

Os participantes de Varginha também descartaram a exposição do acusado, salvo se o mesmo autorizar: “todas as prisões que eu faço que envolve imprensa eu pergunto ‘você interessa entrevistar?’ Isso é problema seu; você não é obrigado não”. Afirmaram ainda que, quando divulgam alguma informação sobre acusados, há o cuidado em preservar a identidade da pessoa, informando apenas as iniciais do nome, idade, profissão, etc.

Nos grupos de Uberlândia o mesmo foi verificado. Os participantes afirmaram que não expõem os acusados, apenas com o consentimento e se forem maiores de idade. De acordo com um participante, quando eventualmente aparecem imagens na televisão em que é notório que o acusado não autorizou, trata-se de repórteres que filmam de longe ou quando o acusado está sendo conduzido à viatura ou à delegacia. Um participante comentou que tem conhecimento de um caso de processo envolvendo um militar de Uberlândia exatamente devido a pessoa ter se sentido lesada por exposição à mídia.

De maneira geral, os participantes afirmaram que não exibiriam o acusado, bem como não permitiriam sua exposição, a não ser que o mesmo permitisse. Contudo, um dos participantes alegou existência de diferença entre o tratamento recebido por pobres e ricos. Observa-se, nesse sentido, a possibilidade de correlações distintas entre a aplicação do princípio do direito à privacidade (honra e imagem) e a classe social do suspeito.

Caso 2: Homem foi preso, acusado de invadir residência, roubar jóias, estuprar e matar senhora idosa, gerando grande comoção pública. Jornalistas acorreram à delegacia para acompanhar o caso, e pedem para ter contato com o acusado no intuito de filmá-lo, fotografá-lo e entrevistá-lo para garantir o direito de informação do público. Qual o seu procedimento neste caso?

Resposta esperada: deve impedir que a imprensa faça pré-julgamento do acusado. Não deve exibir o acusado para a imprensa, nem permitir fotos, filmagens ou xingamentos. Não deve humilhar o acusado.

A situação acima foi apresentada apenas para o grupo focal da Polícia Civil de Teófilo Otoni. Diante da situação exposta, o grupo afirmou que apenas iria exibir o acusado com autorização do mesmo. Um participante colocou: *“ele tem o direito de querer ou não que a imagem dele seja divulgada. Pela gente não consegue esse tipo de informação. Existe muito caso também que às vezes a pessoa na entrada e saída, no deslocamento, eles conseguem filmar. Mas agora o policial expor pra ser filmado, só se for de vontade da pessoa”*.

Em seguida, porém, outro policial completou: *“a gente até apresenta a pessoa, mas ela cobre o rosto. O repórter chega com o microfone perto e faz a pergunta, ela não responde, fica coberta, puxando a camisa. Isso aí é o que acontece”*. Este mesmo participante afirmou que cabe também à imprensa ter algum zelo na exposição das imagens: *“tem uma emissora aqui de Minas, até passa aqui em Teófilo Otoni, que ela, mesmo o cara lá na viatura dando entrevista e confessando que foi ele, ela filma o cara e na hora de transmitir ela põe uma distorção. Porque se presume que ele seja inocente até a condenação. Mesmo ele confessando essa emissora não expõe ele mais. Outras já expõem”*.

Os participantes, de forma geral, alegaram que não exibiriam o acusado, bem como não permitiriam sua exposição, a não ser com autorização do mesmo. A última

fala, entretanto, demonstra essa possibilidade quando o policial entende que, quando o acusado encobre o rosto, a exposição não concorre para violação aos direitos. Além disso, credita-se à mídia parte da responsabilidade na divulgação das imagens.

4.1.3.4 Integridade física e moral da pessoa presa

Caso 1: Menina de oito anos foi estuprada pelo padrasto. Vizinhos chamaram a polícia ao perceberem a situação. O irmão da vítima, ao ver a movimentação em sua casa e se inteirar do acontecido, se enfureceu e matou o agressor na sua frente. Qual a sua conduta neste caso?

Resposta esperada: Admitir erro, pois não protegeu a integridade do acusado de estupro nem deu o amparo necessário para tranquilizar parentes da vítima. Realizar a prisão do homicida.

A situação acima foi apresentada aos grupos focais da Polícia Militar de Belo Horizonte (tenentes e sargentos; sargentos), Barbacena e Varginha. Em todos os grupos, os participantes foram unânimes em afirmar que efetuariam a prisão do homicida. Segundo um participante de Belo Horizonte (sargento): *“chegou e prendeu o irmão da vítima, levou e pronto. Agora quem vai julgar o mérito da ação é o juiz”*. Os participantes do outro grupo de Belo Horizonte (tenentes e sargentos) e os de Barbacena citaram ainda que encaminhariam a vítima de estupro para um hospital.

Destaca-se que os participantes de Varginha mencionaram que cabe ao policial, em circunstâncias como esta, assegurar a integridade física de um acusado, mesmo se tratando de estupro, ou seja, um crime que gera comoção: *“proteger, ele tem direito a se defender na justiça, então você não pode se deixar envolver pela sua emoção também, porque a gente também se compadece da criança...no momento as pessoas, a multidão ali clamando por justiça de repente o menino quis fazer justiça com as próprias mãos e você: ‘ah não porque ele estuprou eu vou ... deixar...’*. Então o nosso papel como profissional da segurança pública é proteger qualquer pessoa que seja, mesmo que já tenha cometido o crime”.

Nos quatro grupos em que a situação foi apresentada, todos afirmaram que efetuariam a prisão do homicida. No entanto, apenas no grupo de Varginha houve menção ao erro de não ter assegurado a integridade do acusado de estupro, crime em que se espera haver comoção.

Caso 2: Mulher é capturada após um furto em determinado aglomerado. É necessário revistá-la para saber se com ela se encontra o produto do crime. No entanto, só há policiais do sexo masculino no local. O que você faz?

Resposta esperada: a mulher deve ser encaminhada para um local onde haja policial feminina para fazer a revista. Não deve haver contato físico com policiais homens, e eles não devem constrangê-la com comentários grosseiros ou assédio. Mesmo a policial que for revistá-la deve proceder com impessoalidade, cuidando para não constrangê-la durante a revista.

Esta situação foi apresentada a todos os grupos focais da Polícia Militar. O tema gerou bastante discussão entre os participantes, sendo que as respostas se deram em torno de três possibilidades as quais serão descritas a seguir. Cabe destacar que em todos os grupos, os participantes alertaram sobre a possibilidade do policial do sexo masculino realizar o procedimento, alegando inclusive que há respaldo legal para tanto.

Nos grupos de Belo Horizonte (tenentes e sargentos; sargentos) e Barbacena, a primeira consideração feita foi que geralmente há policiais femininas disponíveis (mesmo que numa unidade policial mais próxima) para realizar a revista e que, portanto, isso não se configuraria como um problema. Em seguida, pontuaram que, caso não seja possível, também podem solicitar a uma transeunte que realize o procedimento ou mesmo acompanhe como testemunha o procedimento realizado pelo próprio policial masculino. Um participante de Barbacena afirmou: *“deve orientar como fazer uma abordagem. Explicar onde ela deve passar a mão pra ver se tem algum objeto”*. Outro completou: *“pode orientar a própria pessoa pra esvaziar os bolsos... pede ela pra levantar a blusa até certa altura, levantar outra coisa, olhar, levantar o braço, agachar...”*. Ou mesmo como coloca um participante de Belo Horizonte sobre a possibilidade de revista pelo próprio policial: *“faz a busca, tecnicamente, tem até uma diretriz da corporação que faz a indicação de quais pontos devem ser aferidos, devem ser verificados”*.

Outro participante deste grupo destacou a necessidade de testemunha no acompanhamento do procedimento quando realizado por policial do sexo masculino: *“a própria lei permite isso (..) o policial, em último caso, se não tiver a policial feminino, ele pode executar também. Preciso da companhia de duas testemunhas”*. Consideraram, porém, que o furto é crime de menor poder ofensivo e que, com isso, a busca pode ser

facilitada por policial feminina ou uma civil antes de se efetuar a revista pelo policial masculino.

Destacaram também que situações como esta são mais passíveis de ocorrer no interior do Estado, prevalecendo, nesses casos, as exceções nas regras de revista. Os participantes concluíram: *“o que eu entendo da proposição é o seguinte: eu posso ou não posso? É legítimo ou não é? É correto ou não dar busca num caso desses aí? Perfeitamente legal”*. No grupo de sargentos de Belo Horizonte, embora tenha sido colocada a legalidade da busca por policial do sexo masculino, foi dado destaque aos casos nos quais isso é permitido: *“não há em hipótese alguma a possibilidade de uma mulher fazer essa busca e mesmo assim há necessidade de que essa busca seja feita. São duas coisas que se há de definir”*.

No grupo de Varginha, um participante afirmou que solicitaria a uma transeunte que realizasse o procedimento. Outro, por sua vez, comentou que apenas pediria a pessoa para ser testemunha e acompanhar a busca, mas que ele mesmo executaria a revista: *“é perigoso pôr alguém para fazer isso, é arriscado... e a Constituição permite isso (revista por policial masculino)”*. No grupo de Uberlândia (cabos, soldados, sargentos) a mesma discussão foi verificada. Um participante também pontuou que pediria a uma transeunte que fizesse a busca ou, na impossibilidade desse procedimento, ele mesmo realizaria normalmente.

Outro ressaltou que por se tratar de um aglomerado, geralmente, remete-se à idéia de um local de risco, ou seja, onde não se pode permanecer por muito tempo, por diversas razões, inclusive represália da população. Nesse caso, ele completou: *“se eu estiver num aglomerado e não tiver policial feminina a priori vai se dar busca nela normalmente sem problema, eu vou retirar de lá o mais rápido possível. Porque a situação ali é permitida, mas não recomendado”*. Nesse momento, um participante o interpelou: *“legal é! Legalmente é permitido”*. Ademais, os policiais sintetizaram: *“o processo penal prevê, que preferencialmente será feito por mulher (...) aqui na maioria das vezes a policial feminina é que faz. Como estava dizendo, se precisou a gente chama uma ali e sempre aparece, então a pessoa aguarda ali e a policial feminina vem e faz, na maioria das vezes acontece assim. Então é raro as vezes que temos que fazer diretamente”*.

No outro grupo de Uberlândia (soldados), a maioria colocou que, na inexistência de uma policial do sexo feminino no local, há a possibilidade de solicitar a uma transeunte que realize o procedimento. Um participante insistiu em afirmar que é permitido que o próprio policial faça a revista. Contudo, alguns ressaltaram que, embora haja esse respaldo legal, para não haver problemas, preferem não fazer: *“a lei fala que em caso extremo até posso fazer. Mas eu falo, eu não faço. Não faço”*.

Foi ainda discutido que em casos de extrema necessidade, por exemplo, que envolva risco imediato, o policial não apenas pode, como deve, fazer uma busca, com o objetivo de verificar se a pessoa está armada: *“seria só passar a mão na cintura pra ver se tá armada, aí algema ela ali e aguarda alguém. Acho que quando o Código Penal autoriza o policial a fazer uma busca seria um caso assim. Você tá lá no meio do mato com a mulher que acabou de dar tiro, você não vai esperar chamar alguém”*.

O grupo de Teófilo Otoni foi o que mais chamou a atenção devido as suas colocações. Alguns participantes mostraram-se favoráveis à revista por policiais do sexo masculino, não considerando haver necessidade de solicitar uma pessoa do sexo feminino para realizar o procedimento: *“revista normal”*. Outro participante completou: *“depende das circunstâncias. Eu normalmente, se eu tenho suspeita que ela tem, eu não dou busca nela. Eu falo: ‘tira a blusa, sacode, tira a calça, sacode’. Beleza. Nisso eu não peguei nela, não fiz nada. Então quer dizer que ela tirou, fez o que eu pedi. Eu já fiz isso na minha viatura”*.

Em seguida, outro participante, corroborando com essas afirmações, expôs uma situação vivenciada por ele: *“o traficante deu a arma pra ela, eu vi ele dando a arma pra ela, e ela foi e correu subindo a Mário Campos e eu fui acompanhando na rua e consegui alcançá-la. Eu falei: ‘me dá a arma’. Ela falou: ‘não, não tô com nada aqui não’. Aí eu meti a mão ali e achei (...) dentro da calcinha”*. Ele alegou que o que não pode ocorrer é abuso. Nesse momento, foram discutidos os riscos do policial agir dessa forma, pois, segundo eles, a chance da mulher afirmar que houve abuso é grande. Ao final, ressaltaram sobre a importância de estar atento às circunstâncias nas quais deve ser feita a busca, garantindo o máximo de transparência, como, num local público, à vista de todos.

Cabe destacar que, em todos os grupos, os participantes alertaram sobre a possibilidade do policial do sexo masculino realizar a revista, respaldada legalmente. Neste caso, a não aplicação do princípio da integridade física e moral da pessoa presa foi relacionada à falta de policiais femininas e aos elementos de incerteza e perigo da função que conferem legitimidade à conduta.

Caso 3: Em um mesmo dia, sua equipe e a equipe do seu colega de trabalho prenderam traficantes rivais de uma mesma região. Além de tráfico, um deles é acusado de estuprar uma criança e de matar o irmão do outro traficante detido. Os acusados estão aguardando ratificação de flagrante. A delegacia só tem um local de espera para os que aguardam ratificação. Como você resolveria esta situação?

Resposta esperada: Não deve colocá-los na mesma sala, pois estaria arriscando a integridade física de cada uma dessas pessoas. Desejável informar que, se não for possível separá-las, as manteria sob vigilância rigorosa, para evitar que o contato entre elas possibilitasse agressões.

A situação acima foi apresentada aos dois grupos focais da Polícia Civil (Belo Horizonte e Teófilo Otoni). Em ambos, os participantes afirmaram que manteriam os dois acusados em locais separados, citando, inclusive, casos concretos que já vivenciaram na delegacia.

Em Belo Horizonte, um participante comentou sobre uma situação semelhante: *“já presenciei esse caso, talvez mais simples, que era uma gangue de pichação. Os sujeitos presos foram por um crime e outro, por coincidência, de uma gangue rival, foi conduzido também. O cara teve de esperar dentro da viatura, que a cela era pequena e única, tinha como manter um dentro da cela, e o outro dentro da viatura, até a gente conseguir fazer o encaminhamento dos dois”*.

Outro participante destacou que casos como esse são bastante comuns principalmente na região metropolitana, onde as condições são mais precárias e há dificuldade no deslocamento das pessoas detidas. Em seguida, foi colocado também o problema da falta de locais reservados na delegacia para o acolhimento de vítimas e testemunhas, sobretudo, para o reconhecimento de suspeitos: *“só um caso pra ilustrar, não tem muito a ver, não, mas tem mais a ver com a questão do risco, uma vítima (...) de tentativa de homicídio. Três vezes. As três ela alegou que foi bala perdida, ao ponto de ela chegar pro delegado e falar: ‘se você me forçar a eu contar quem atirou em*

mim, eu prefiro pular da janela, que eu tenho família''. Esse mesmo participante completou: *“então, a gente tem essa escolha que você propôs, essa situação. Às vezes, o pessoal pode pensar em efetuar, em facilitar, colocar dois cachorros no mesmo local pra brigar, às vezes pode ser até tentadora essa opção, mas ela é mais brutal”*. Os participantes concluíram afirmando que colocar rivais na mesma cela pode provocar uma situação ainda pior: *“dois na mesma cela, tudo bem, um faz justiça pelo outro. E lá fora? Aí vai a família de um, do que morreu, vai atrás do que matou, e vai a bola de neve”*.

O grupo de Teófilo Otoni fez colocações no mesmo sentido. Afirmaram que situações como essa são comuns e que, quando ocorrem, nunca colocam rivais em um mesmo local. Pontuaram ainda: *“quando a cadeia estava na nossa mão, na Polícia Civil, tinha celas separadas pra cada... O pessoal do bairro x, bairro y, que são rivais. E na cadeia, no presídio novo, que hoje é administrado pelos agentes, lá também eu ouvi falando que estão separados. Porque não se pode, senão um acaba conflitando com outro. Não tem jeito”*.

Outro participante atentou para o fato de que, no caso exposto, não há mais de um local para abrigar os detidos. Diante disso, um participante pontuou: *“no caso aí, colocaria um na cela que é disponibilizada e o outro em uma sala da delegacia normal, sob vigilância, aguardando a chegada pra deslocamento pra outra, pedir transferência, alguma coisa do tipo. Porque não poderia colocar juntos, porque poderia tá causando um mal maior”*.

Conclui-se que os participantes foram unânimes em alegar que se portariam de acordo com as normas que regem o princípio da integridade física e moral da pessoa presa. Em ambos os casos, os participantes afirmaram que manteriam os dois acusados em locais separados, exemplificando com situações semelhantes vivenciadas por eles.

4.1.3.5 Igualdade sem distinção de credo religioso, vedação de embaraçar culto religioso

Caso 1: Ligação para o 181 afirma que em uma Comunidade-Terreiro há uma pessoa sendo mantida em cárcere privado. Você é destacado para ir ao local indicado. Chegando lá encontra várias pessoas negras vestidas de branco e um homem que todos chamavam de “babalorixá” segurando várias folhas e fazendo rituais de referência

diante de um altar. No terreiro havia várias crianças brincando. Você pergunta se tem alguém em cárcere privado, ele responde que não e permite que você entre no local, mas pontua que você não pode adentrar em um cômodo chamado de “roncó/camarinha”, um espaço onde as pessoas se recolhem, espontaneamente, para o processo de iniciação e purificação. Ele te explica que aquele é um lugar sagrado. O que você faz?

Resposta esperada: mesmo que se sinta incomodado, deve realizar a investigação da denúncia como se a questão religiosa não fosse um empecilho para o atendimento. Adota cuidado redobrado para não agir de forma discriminatória por causa da religião e não deve entrar no local sagrado, apenas perguntar, do lado de fora, se existe alguém que estaria ali contra sua vontade.

A situação acima foi apresentada aos grupos focais da Polícia Militar de Belo Horizonte (tenentes e sargentos; sargentos), Barbacena, Varginha e Uberlândia (soldados). Os participantes ficaram divididos entre aqueles que consideraram legítima a entrada no local, mesmo que sem a autorização, e aqueles que alertaram para os riscos dessa conduta, quando não amparada legalmente. Tais colocações são expostas a seguir, grupo a grupo.

No grupo de tenentes e sargentos de Belo Horizonte, o primeiro participante a comentar o caso afirmou que, a partir do momento em que foi permitida a entrada no local, o cômodo “roncó/camarinha” não é considerado mais domicílio. Segundo ele, caso o babalorixá não permitisse a entrada no local haveria sim um fator complicador. Ele alegou que não se trata de desrespeito às concepções religiosas das pessoas ali presentes, mas que, diante da denúncia, haveria necessidade de averiguação. Esse participante pontuou ainda que solicitaria duas testemunhas para acompanhar o procedimento. Outro participante completou: *“mas até mesmo dentro daquele templo é público. Ali é permitida a entrada da Polícia Militar. Pode entrar pra fazer a averiguação sem nenhum problema”*.

Quando questionados quanto à hipótese do local funcionar na residência do babalorixá, um participante afirmou: *“aí é diferente. É, mas ele autorizou a entrada...”*. Em seguida, ressaltaram que, nesse caso, para verificar o cômodo sagrado deve haver um trabalho de convencimento da pessoa sobre a necessidade da busca frente à denúncia, sugerindo que, de todo modo, entrariam no local: *“a importância é ser apurado com atividade policial. Teria que ser feito um trabalho de convencimento assim exaustivamente pra pessoa entender que, apesar da crença religiosa dele, ele tem*

toda liberdade de algo que até devemos permitir a pessoa, mas ela deveria entender que proporcionalmente a atitude dela está trazendo uma suspeição muito grande até sobre a forma da denúncia que tem no local (...) mostrar pra ela que seria necessário a Polícia Militar entrar, apenas observar de algum ponto e verificar que estivesse vazio, ou pedir alguma outra pessoa pra testemunhar e acompanhar a busca no local e fazer o registro da ocorrência”. Outro participante, que não havia se manifestado até então, afirmou que nessa situação entraria no local mesmo sem permissão: *“porque existe a denúncia, existe fundamento, existe a suspeição de que algo está acontecendo ali”.*

No grupo de sargentos (Belo Horizonte), inicialmente um participante pontuou que era a primeira vez que ficava sabendo de um caso como esse: *“isso pra mim é conhecimento novo”.* Outro participante afirmou que o princípio da inviolabilidade refere-se ao domicílio, não especificando a lei o que deve ser considerado como tal: *“então assim, penso eu que o que é feito ali dentro é uma profissão. Porque a regra de inviolabilidade é do domicílio, porque ela não trás o que é domicílio e o que não é”.* Nesse sentido, segundo ele, se há a notícia de cometimento de um crime, bem como testemunha sobre a denúncia, deve ser investigado.

Um participante alertou que se deve ter cautela sobre denúncias através do 181 uma vez que podem ser verídicas ou não. Ele afirmou que, caso não fosse autorizada a entrada no cômodo sagrado, informaria ao babalorixá que o local seria monitorado até a chegada do mandado judicial: *“deixar bem claro pra ele que infelizmente pela denúncia que nós temos se o senhor não nos autorizar a olhar, entrar junto com o senhor, dá uma olhada, nós teremos que pedir um mandado de busca e apreensão e entrar no local e verificar”.* Ele ainda pontuou sobre os riscos para o policial numa situação como esta: *“porque se eu entrar num local sem autorização e naquele local não tiver nada, for uma denúncia falsa de alguém que não aceitava aquela religião, depois eu posso ser responsabilizado por isso”.*

Nesse momento, os participantes fizeram colocações a respeito da validade da denúncia anônima. Eles ressaltaram que se trata de uma questão bastante polêmica, pois ao mesmo tempo que não existe um respaldo legal para a ação policial que está baseada apenas na eminente suspeita, a sociedade se utiliza e confia nesse instrumento, tendo a polícia que dar um retorno. Um participante, contudo, ponderou: *“mas nós não podemos*

acreditar que todas as denúncias vão ser verídicas. Então nós não podemos ir de qualquer maneira: está acontecendo um crime, eu estou legítimo pra entrar. É uma denúncia, eu não posso ter certeza, eu não tenho certeza do que está acontecendo. É uma denúncia, se eu entrei, depois eu não vou poder chegar na frente do juiz e falar: ‘não, eu entrei porque tinha uma denúncia anônima. Então eu não tenho, eu não tenho legalidade pra entrar’.

Esse participante pontuou ainda que, nesse caso, como não foi permitida a entrada, o policial tem que acessar os meios legais que permitam a resolução do caso: *“se tem um local, ‘não esse eu não aceito’. Nós vamos cercar o local e pedir um mandado de busca e apreensão que é o que legaliza a nossa entrada. E a gente vai entrar sem violar nada, sem mexer, sem estragar nada, sem tirar nada do local”*. O grupo continuou discutindo se a denúncia anônima assegura ou não respaldo legal nos casos em que o policial toma uma atitude proativa e, sendo a informação infundada, é responsabilizado. Um participante negou, afirmando que o sistema do 181 não traz informações sobre a denúncia. Outro contestou, afirmando que o simples fato da denúncia ficar registrada já serve como meio de prova.

Com relação aos participantes de Barbacena, um policial afirmou que, nesse caso, tem que se respeitar a religião e não entrar no cômodo sagrado. Em seguida, outro discordou, dizendo que, uma vez que a denúncia é justamente de cárcere privado, o fato de não permitirem a entrada aumentaria ainda mais a suspeita. Assim, ele afirmou: *“faço um contato com o comandante e passo a situação para eles. Eles vão estar fazendo contato com poder judiciário”*. Alguns participantes pontuaram que explicariam que houve uma denúncia, que respeitam a religião deles, mas que seria necessário entrar para certificar. Um deles colocou: *“por exemplo, tem seita que faz o sacrifício até de crianças, nesse caso a gente tem que agir rápido, porque se a pessoa demorar muito ali pode morrer, às vezes ela está em cárcere privado, ela está sendo maltratada. Então tem essa situação também”*.

Nesse momento, muitos participantes concordaram que, na possibilidade de haver uma vida em risco, teriam que verificar: *“explica a situação dele que infelizmente, ele vai ter que abrir. Se ele não abrir... A gente sabe que não é invasão, porque tem uma vida em risco”*. Um participante também comentou sobre a possibilidade de checar o

local, mesmo que por uma janela do lado de fora do cômodo. Uma minoria, porém, foi incisiva em alegar que, caso não fosse autorizada a entrada, teriam que aguardar o mandado judicial. Diante disso, um deles questionou: *“mas vai esperar o outro dia? E se a pessoa morrer”*. Mas eles reiteraram: *“não tem jeito, seria ilegal”*. Eles discutiram a legalidade da ação e o respaldo legal do policial nesses casos que envolvem denúncia. Por fim, uma parte do grupo terminou concluindo que não entraria no cômodo sem autorização judicial – prevendo as sanções decorrentes de uma denúncia infundada – e a outra parte, ainda convencida da idéia de que deveria zelar pela vida em risco, afirmou que verificaria o local: *“não tem bem maior que a vida da outra pessoa. Então eu sou errada por invadir, mas eu... eu vou esperar amanhã?”*.

No grupo de Varginha, o caso não incitou discussão. Apenas dois participantes se pronunciaram. O primeiro afirmou que entraria no local para averiguar, mesmo sem autorização, citando um exemplo de um caso que vivenciou: *“eu entro assim mesmo. Porque eu já fui numa ocorrência assim num local aqui perto (...) e que faziam tráfico de drogas e escondia as drogas dentro das imagens. Então se houve uma denúncia de que tem uma pessoa em cárcere privado, mesmo que seja um local sagrado, esse local deve ser revistado para verificar se não há realmente a pessoa”*. O outro, por sua vez, apenas se contentou em dizer que, se não foi autorizado, ele não entraria no cômodo.

Alguns participantes de Uberlândia, inicialmente, disseram que, se tratando de abordagem, não existe local sagrado. Alertaram, inclusive, que se a pessoa proibir a entrada em determinado lugar é exatamente lá que se deve ir. Um participante, porém, afirmou que se a pessoa cooperou até dado momento, mesmo que não tenha deixado entrar em um cômodo, mas não há indícios suficientes, seria o caso de acionar suporte judicial para não cometer nenhuma arbitrariedade: *“resta a gente fazer o que, se for o caso de querer ou não tem que olhar, verificar. Um mandado de busca e apreensão. Porque caso contrário, se a gente entra ali, invade aquele determinado recinto, a gente tá incorrendo num abuso de autoridade. O cara já teve a intenção de: ‘oh você pode entrar aqui. Você pode verificar tudo., menos ali (...)’*”.

Outro participante ponderou a questão, afirmando que entraria em contato com a central da PM, informando sobre a situação, para checar a possibilidade de se conseguir um mandado com um juiz e dar continuidade à ocorrência. Caso contrário, segundo ele,

não entraria, pois o policial que o faz assume os riscos de ser responsabilizado posteriormente, na hipótese de uma denúncia infundada. Os participantes discutiram sobre a responsabilidade do policial em casos que envolvem denúncia: *“mas é aquele negócio, né. Você também tem como dividir a responsabilidade. Você tá diante de uma situação que ela pode ser real. Depende dos valores do testemunho, dos valores das informações”*. Todavia, alguns afirmaram que não há respaldo nesse sentido, pois se trata apenas de uma denúncia.

Um participante insistiu, afirmando que o policial deve “ser desconfiado” e que, caso não aja diante de uma situação como esta, se acontecer algo à vítima, ele será criticado depois. Outro continuou discordando, dizendo que não, se não tem mandado, não tem testemunha e, portanto, não há suporte legal, o policial não tem obrigação de agir. Alguns completaram, dizendo que testemunha só vai ter contra ele, para declarar que ele entrou sem permissão. Mas o participante favorável a entrada no local, prosseguiu argumentando: *“eu acho que é ficar com a sensação de dever não cumprido. Ele deve entrar em todos os cômodos”*. Por fim, a maioria dos participantes permaneceu adepta à ideia de que a denúncia anônima não tem efeito legal e que, por isso, a entrada no local sem autorização - do proprietário ou judicial - configura-se em invasão.

Os participantes ficaram divididos entre aqueles que consideraram legítima a entrada no local e aqueles que alertaram para os riscos dessa conduta, quando não amparada legalmente. Nestes termos, a aplicação do princípio de igualdade sem distinção de credo religioso ficou condicionada ao entendimento do operador quanto ao grau de perigo em que se encontra a possível vítima, assim como ao entendimento do retorno que deva ser dado à sociedade após denúncia feita por um cidadão.

Caso 2: Você é procurado por uma pessoa que reclama do pastor de uma igreja. O irmão dessa pessoa não sai mais da igreja e está entregando todos os bens que possui ao pastor, o qual afirma que ele só terá uma boa vida se fizer doações para a igreja. O que você faz?

Resposta esperada: deve instaurar inquérito e procurar investigar o caso. Deve tomar cuidado para não agir de forma discriminatória por causa da religião, nem favorecendo a igreja, nem favorecendo o acusador.

O caso descrito acima foi apresentado aos dois grupos focais da Polícia Civil. Os

participantes de Belo Horizonte afirmaram, após algumas ironias, que cabe ao policial registrar a ocorrência, mas que a ação deles se restringe a isso, pois a investigação ou não do caso vai depender do delegado. Um participante se lembrou de uma situação ocorrida em sua delegacia, envolvendo pedido para investigação de uma pessoa que doou um veículo zero a um pastor. Disse que à época iniciaram uma investigação para tentar reaver o bem: *“cabe representação. Você faz. Agora, o que o delegado vai entender, e o que a justiça vai entender...”*. Outro participante completou: *“tem-se uma vítima em potencial, faria a ocorrência. Potencial porque não foi provado ainda. Se de repente ele deu porque quis, ou se foi induzido a dar, ou tem um problema mental também...”*.

Os participantes levantaram diversas hipóteses sobre a possível doação: *“ou se ele tem um namorico com o cara lá... com o pastor... e, às vezes, ele namorava o pastor, terminaram o namoro e ele quer o bem de volta...”*. Após essas considerações, os participantes voltaram a afirmar que a única providência cabível ao policial é o registro da ocorrência. Em seguida, um participante completou dizendo que, além do boletim de ocorrência, orientaria a pessoa a procurar o Judiciário. Segundo ele, tem que entrar com uma ação cível para reaver o bem nesse caso: *“nada que a gente faça na delegacia não vai resolver, não adianta apurar a parte criminal nessa situação dos bens”*.

Os participantes do grupo de Teófilo Otoni, por sua vez, alegaram que a situação tem que ser investigada, no sentido de se estabelecer as circunstâncias nas quais ocorreu a doação. Foi possível observar que, enquanto um participante tendia a afirmar que havia um crime em potencial, outro relativizava a questão. Assim, um participante afirmou: *“porque a doação voluntária não é crime. A pessoa doar para outra não é crime”*. E outro questionou: *“mas o induzimento...”*. O primeiro ainda rebateu: *“o induzimento, mas tem que saber a capacidade dessa pessoa de discernimento”*.

Em seguida, o participante mais passível à investigação destacou que exatamente por esse motivo é que o caso tem que ser apurado. O outro policial continuou: *“se essa pessoa queria realmente fazer a doação. Isso é muito complicado”*. Os participantes concluíram que se trata de uma situação delicada na qual se tem que investigar se é apenas uma doação ou se há alguma exploração por parte do pastor: *“tem que ver até que ponto o pastor está abusando da situação do cara. Se ele é de pouca cultura,*

alguma coisa. Pode ter um induzimento que pode dar lá o crime de estelionato”.

Em geral, as discussões demonstraram conformidade com a aplicação do princípio de igualdade sem distinção de credo religioso. Os participantes afirmaram que cabe ao policial registrar a ocorrência, mas que a ação deles é restrita, pois a investigação ou não do caso irá depender de iniciativa do delegado.

4.1.3.6. Igualdade de gênero

Caso 1: Você é chamado para atender uma ocorrência. Chegando lá encontra na entrada da casa, sentada na porta, uma jovem grávida com marcas de soco nos olhos, nariz sangrando e marcas de agressão nos braços e nas pernas. Do lado de dentro, encontra um homem de aproximadamente 40 anos, visivelmente embriagado e dizendo palavras de baixo calão para a jovem. Você pergunta o que está acontecendo e a jovem informa que caiu na sala e que está tudo bem. Você começa a interrogar o homem e a jovem diz para você parar de perturbar seu marido? O que você faz?

Resposta esperada: Deve encaminhar a mulher para atendimento médico urgente. Deve procurar conversar com a mulher em particular e ganhar sua confiança, para que ela tenha liberdade para contar o que aconteceu sem medo de represálias do companheiro. Deve encaminhar o homem para a delegacia, para esclarecer a situação.

Esta situação foi apresentada aos grupos focais da Polícia Militar de Belo Horizonte (tenentes e sargentos; sargentos), Barbacena, Varginha, Uberlândia (cabos, soldados, sargentos; soldados). Dentre as considerações dos participantes, houve muitos pontos em comum, desde assertivas quanto à complexidade da ocorrência à real efetividade da intervenção policial. Poucos foram os participantes que atuariam independentemente da vontade da vítima, como demonstrado a seguir.

No grupo de tenentes e sargentos de Belo Horizonte, o primeiro participante a opinar sobre o caso afirmou: *“eu simplesmente saio fora”*. Em seguida, outro comentou que há situações em que de fato se encontra a mulher machucada, mas que ela afirma que caiu em casa. Nesse caso, segundo ele, se os ferimentos não forem compatíveis com o que ela alega, deve-se registrar uma ocorrência, descrevendo o que encontrou no local. Ele afirmou ainda que cabe ao policial buscar mais informações sobre o casal, por exemplo, contatando vizinhos. Ressaltou que conversaria também com a vítima no sentido de instruí-la: *“como eu trabalho numa área pobre e isso acontece muito, a*

mulher na maioria das vezes ela não quer denunciar o marido (...) tentaria certificar que ali ocorreu crime de lesão corporal”.

Afirmou que o policial militar tem o dever de agir independente se a vítima quer representar, quer tomar alguma providência ou não. Esse ponto de vista foi compartilhado por outro participante. Afirmaram ainda que, às vezes, o caso se volta contra os policiais, quando a mulher os acusa de terem agredido o marido ou tumultuado a vida deles. Assim um concluiu: *“eu acho que o grande trabalho do policial naquele momento seria o que a gente sempre faz: coleta de informações. Mas não havendo nenhuma forma de convicção, aí seria um caso complicado de talvez chegar ao ponto de fazer o que o sargento falou que é tentar entrevistar e, não conseguindo, às vezes virar as costas”.*

Diante dessas colocações, outro participante destacou que se tratando da Lei Maria da Penha, o policial tem que agir, informar a situação ao delegado, mas que, em geral, casos como esse são muito complicados. O participante que fez as considerações iniciais em torno do tema afirmou: *“não é comum a gente encontrar pessoas que querem denunciar, é comum a gente encontrar pessoa machucada que não quer providência em relação ao marido: ‘oh, quero que vocês conversem com ele e dá uma prensa nele’. Aí a gente explica que não é o papel da gente e explica o que é legalmente previsto naquela situação”.* Segundo ele, se tratando de lesão corporal leve, a vítima pode dispensar a ocorrência policial, mas se for lesão corporal grave, o policial tem obrigação de agir independentemente da vontade dela.

No grupo de sargentos de Belo Horizonte, um participante afirmou que algemaria o agressor e conduziria ambos para a delegacia. Segundo ele, trata-se de ação penal pública incondicionada, prevista na Lei Maria da Penha. Destacaram, porém, que posteriormente, caso ela queira, pode “abrir mão” da ocorrência. Também afirmaram que se deve encaminhar a vítima para atendimento médico - desde que ela concorde. Ademais teceram considerações acerca dos motivos que levam a mulher a não querer representar contra o marido, apontando como principal causa o medo das vítimas.

Segundo eles, tendo ciência disso, o policial deve ter bom senso nessas ocorrências: *“porque é muito diferente um soco no olho de uma queda da escada, alguma coisa assim. Vê a situação e faz a prisão do cidadão e leva pra delegacia,*

depois eles vão explicar lá o porquê. Às vezes ela vai negar na hora e na frente do juiz ela vai dizer que lá trás ela negou por medo. Isso é muito comum de acontecer e a Lei Maria da Penha ela veio pra isso". Ainda completaram: "a mulher não sabe dos direitos que ela tem, por isso que ela fica com medo. Até a renúncia ela não pode ser feita lá com o policial: 'ah, eu chamei aqui, mas eu não quero mais não'. Ela não sabe que ela tem medidas protetivas (...) depois com o delegado ela pega mais confiança, aí pronto". De acordo com eles, o policial tem que agir rapidamente, sempre pautado nesses princípios, daí a importância da qualificação do profissional.

Os participantes de Barbacena afirmaram que esse tipo de ocorrência é bastante comum. Segundo um deles: *"faz um documento interno, pede ela para assinar e vai embora"*. Nesse momento, alguns participantes discordaram da colocação e iniciou-se uma discussão. Um deles respondeu que acionaria o SAMU e registraria a ocorrência, relatando o fato. Outro afirmou que levaria ambos – vítima e agressor – para a delegacia, pois, segundo ele, pode se tratar de "Maria da Penha" e, portanto, tem que investigar o caso. Um participante contestou: *"mas ela alegou que caiu"*. Em seguida, outros participantes alertaram que a vítima nega a agressão em função do medo de represália. Mas um participante insistiu: *"se ela falou que caiu, então não tem como tomar providência nenhuma"*.

O policial que inicialmente informou sobre o registro interno, afirmou que nesse documento deve constar o que a vítima alegar, incluindo, de preferência, alguma testemunha para comprovar que ela dispensou as providências policiais. Posteriormente, outro participante colocou a dificuldade da abordagem: *"o ruim é que a gente vai embora e depois de 15 minutos liga e tal... é o que acontece na maioria das vezes, liga e tal, chegou lá 'não, não foi nada não foi só uma discussãozinha eu bati aqui e machuquei eu mesma'. E, às vezes, a gente afasta ela e tenta explicar que ela pode ter a proteção, se for no juiz ele tira o cabra de dentro de casa, não mas ela não se afasta, ela quer o marido dela ali do lado"*. Por fim, os participantes passaram a versar sobre os motivos que levam a vítima a não querer representar contra o marido, destacando a dependência financeira, a dificuldade de acesso às medidas protetivas ou mesmo a falta de garantia de que o agressor ficará preso: *"a lei é muito bonita no papel, na prática..."*.

Dentre os participantes de Varginha, um deles afirmou que se a agressão ocorre perante o policial, toma-se uma providência, caso contrário, quando a vítima nega, não há o que fazer: *“se ela acha que está tudo bem, mesmo estando sendo agredida, a polícia não vai poder fazer nada no momento, só no momento em que ela, achar, quiser... pra poder a polícia enquadrar no caso da Lei Maria da Penha”*. Outro participante comentou as dificuldades características dessas ocorrências: *“uma mulher me falou uma vez ‘e se eu tiver apanhando o que você tem com isso?’ Quase que eu prendi ela para poder... nunca mais, violência doméstica é um dos piores B.O. é violência doméstica”*. Em seguida, os participantes destacaram também dificuldades mesmo quando a vítima quer denunciar. Segundo eles, mesmo que o agressor seja preso, ele é liberado pouco tempo depois, querendo se vingar da esposa, etc. Informaram ainda que atualmente não tem ninguém preso em Varginha por condenação nesse tipo de ocorrência: *“mas sem brincadeira, se for prender todos os maridos que batem na mulher, tem que construir muito presídio”*.

No grupo de cabos, soldados e sargentos de Uberlândia, a primeira resposta dos participantes foi que a participação da mulher nesse caso é indispensável e que, diante disso, não há nada que se possa fazer: *“faz o B.O., vira as costas e vai embora”*. Um participante relatou um caso semelhante ocorrido há poucos dias na cidade: *“isso aconteceu aqui em Uberlândia semana passada, um fato desse, briga de marido e mulher, o vizinho acionou aí chegou a guarnição com dois militares, aí a mulher estava machucada e o autor estava lá, a mulher estava desmaiada, se eu não me engano estava desmaiada. A viatura chegou e viu a situação e já mão no marido, aí a mulher acordou e viu aquilo lá e já foi para cima da guarnição para soltar seu marido. A mulher ficou tão louca que ela meteu o dente no polícia, e mordeu o polícia todo, aí chamou o reforço e ela mordeu reforço também, então teve de prender todo mundo... e isso acontece muitas vezes”*.

Após a observação, um participante afirmou que a legislação dispõe que a vítima tem que querer representar. Ele alegou que nunca realizou um flagrante na Lei Maria da Penha, pois todas as mulheres que encaminhou para a delegacia, não quiseram dar prosseguimento à ocorrência. Eles expuseram os fatores que contribuem para essa situação, a saber: dependência financeira, medo, preguiça de mudar, falta de amor

próprio, etc. A maioria dos participantes pontuou que é muito difícil a mulher, vítima de agressão, aceitar a intervenção legal da polícia: *“boa parte das mulheres querem que você chegue lá no local da ocorrência e tome as dores dela e aplique uma punição naquele momento no marido dela, elas dizem: ‘eu queria que vocês dessem uns tapas nele aqui para ele parar de fazer isso comigo’ e não querem que o prenda”*.

Questionados sobre a efetividade da Lei Maria da Penha em oferecer proteção à vítima, eles afirmaram que a lei em si é um bom instrumento jurídico, mas apenas funciona quando a mulher aceita, destacando que o grande problema seria de “aceitação cultural”. Acrescentaram que o papel da PM, nesse caso, é conduzir a vítima, caso queira, para a delegacia, o restante é função do delegado. Outro participante reiterou: *“o que eu costumo fazer é tirar a mulher de perto do cara, justamente para a gente evitar o constrangimento, então eu tiro a mulher de perto do cara e vou conversando: ‘realmente você não quer fazer, você está com medo, o que eu posso ajudar’. Aí se a pessoa insiste que não quer, não tem mais o que fazer”*. Concluíram de forma unânime que a vontade da mulher tem que ser respeitada.

O grupo de soldados também apontou a complexidade desse tipo de ocorrência, afirmando que geralmente a vítima se nega a denunciar o agressor e até mesmo a receber um atendimento médico. Um participante problematizando a questão, relatou um caso que a mulher agredida disse a ele: *“o que você tem com isso, ele tá batendo no que é dele”*. Eles ressaltaram que a dependência financeira é a principal causa do problema, no sentido de neutralizar a vítima. De acordo com eles, cabe ao policial apenas registrar a ocorrência, uma vez que o encaminhamento para a delegacia depende da vontade da mulher: *“às vezes a mulher abre com o olho inchado e tal, não tem sangue, não tem nada. Eu vim, fui chamado aqui tá vendo, tá apanhando. Não. Não tem nada. Ninguém chamou você, vá embora, aí temos só que registrar”*.

Dentre as considerações dos participantes, houve muitos pontos em comum, desde considerações sobre as dificuldades inerentes a esse tipo de ocorrência até os limites da atuação policial. Poucos foram os participantes que atuariam independentemente da vontade da vítima.

4.1.3.7. Não discriminação de raça, cor, etnia

Caso 1: Em uma blitz noturna, você para um carro aleatoriamente. Nele estão duas moças brancas, sendo uma motorista e a outra está no banco do carona. No banco de trás se encontra um rapaz negro. O que você faz?

Resposta esperada: deve verificar a documentação da motorista. O rapaz não deve ser tratado como suspeito.

A situação acima foi apresentada a todos os grupos focais da Polícia Militar. A tendência foi os participantes responderem que realizariam o procedimento normal compatível com a natureza da blitz. Assim, verificariam a documentação e só abordariam todos os ocupantes, ou mesmo apenas o rapaz, se houvesse motivos para suspeita. Pode-se notar, porém, na leitura das considerações a seguir que foram feitas observações contundentes no decorrer das discussões dos grupos.

Em um grupo de Belo Horizonte (tenentes e sargentos), os participantes inicialmente diferenciaram os tipos de blitz: de apreensão de armas e drogas e de trânsito propriamente dito. Segundo eles, caso fosse o primeiro tipo, solicitariam aos ocupantes do veículo que desembarcassem para ser feita uma busca pessoal em cada um. Se não houvesse policial do sexo feminino, destacaram, revistariam apenas o rapaz. Nesse caso, também revistariam o veículo internamente, checando também a documentação.

Questionados se haveria a necessidade de revista a todos os ocupantes por policial do sexo masculino, eles afirmaram: *“não, no caso não tem uma real suspeição que elas tenham cometido um crime ou algo parecido. Então não há a necessidade, a conveniência de executar a inspeção nessas mulheres. Se elas tivessem praticado um crime, se eu tivesse uma real suspeição que eles estariam portando algo em seu corpo, aí sim. Mas não é o caso desse exemplo”*.

Um participante pontuou, porém, que diante dessa configuração, duas moças brancas na frente e um rapaz negro atrás, ele focaria sim o rapaz, realizando a busca como previsto no manual de abordagem técnica. Outro participante destacou que uma forma de verificar se há algo errado ocorrendo nessa situação seria realizar um rápido questionamento com os ocupantes do veículo: *“é também a questão de utilizar a entrevista de forma a sanar a dúvida se tem algo acontecendo de errado ali, perguntar*

se conhece, de onde está vindo, para onde vão, de quem é a propriedade do veículo, conferir a documentação... entrevista, conversando com as pessoas, pode ser juntos ou separados, tem como certificar a situação com normalidade”. Em seguida, reconheceram que desconfiariam dessa situação, pois o comum é o rapaz estar na frente no banco do passageiro. Segundo eles, poderia se tratar de uma situação delituosa em que o rapaz estaria monitorando as duas do banco de trás. Eles afirmaram que a polícia tem dever de desconfiar daquilo que pode ser considerado suspeito.

O grupo de sargentos de Belo Horizonte também indagou sobre o objetivo da blitz. Tratando-se de blitz de caráter administrativo, os participantes responderam que apenas iriam checar os documentos do veículo e do motorista. Porém, se fosse fundada em suspeita, a atuação seria diferente, solicitando que os ocupantes descessem um a um. Um participante chamou a atenção para a questão do preconceito racial contido na pergunta. Nesse momento, outro participante afirmou que nem havia atentado para isso, pois, em sua opinião, a Polícia Militar não trabalha dessa forma: *“a gente avalia as atitudes e não a cor. Agora se está um tremendo calor e o cidadão está todo agasalhado, cheio de roupas... são atitudes, são atitudes suspeitas que levam à abordagem”*.

O grupo pontuou que atualmente a população tem sido mais receptiva ao trabalho policial, sobretudo, quanto às situações de abordagem. Segundo eles, o trabalho da polícia tem sido mais compreendido, visto que mais profissional, e isso tem trazido legitimidade à polícia. Um participante completou: *“eu acho que hoje eu vejo essa questão de cor que isso tem diminuído muito e ainda falta muito pra melhorar sim, com certeza. Mas isso aí não está no agente de segurança, está na população como um todo. Nós saímos da sociedade, né”*. Reiteraram que o que torna uma pessoa ou uma situação suspeita é o contexto em que se encontra, utilizando como exemplos locais onde o simples fato de um veículo ou pessoa estar ali já é suspeito.

No grupo de Barbacena, inicialmente, os participantes também pontuaram que não haveria motivos para suspeita e que, portanto, apenas verificariam a documentação. Questionaram, inclusive, o teor da questão, afirmando que a Polícia Militar dificilmente realiza blitz à noite. Posteriormente, colocaram que se abordassem um veículo e houvesse essa configuração de ocupantes, atentariam para a existência de algum

elemento que apontasse uma possível anormalidade: *“você parou o carro, duas mulheres com um homem negro atrás, se você vê que ninguém está com expressão de nervosismo, a mulher apresentou documento do carro, está no nome dela, carteira de motorista, está tudo ok, fiscalizou o veículo, vão embora. Tá liberado a menos que ela faça algum sinal para gente. Que o cara é um assaltante, não por ser negro, ou inverte, às vezes, o cara é até a vítima, né? Aí se o carro não está no nome dela, está no nome do cara já é uma coisa pra se suspeitar, né? Mas estando no nome dela, o carro, a carteira de habilitação. Estando tudo ok, então está tudo normal, independente de ser negro”*.

Contudo, após essas considerações, um participante que ainda não havia opinado sobre o caso destacou que se trata de uma situação incomum, cabendo ao policial desconfiar e, se for o caso, solicitar ao rapaz que desça do veículo para uma revista: *“porque pode ser seqüestro, né? Não por ele ser negro, mas por ele ser homem e estar no banco de trás. Entendeu? Gerou dúvida? Uma busca pessoal e nelas também para que não haja constrangimento dele”*. Diante do comentário, os demais participantes concordaram com a observação.

Os participantes de Varginha também responderam que verificariam a documentação do veículo e motorista e apenas abordariam alguém caso houvesse denúncia ou indícios para alguma suspeita. O mesmo foi colocado pelos dois grupos de Uberlândia. Observa-se que quando houve um questionamento mais incisivo sobre a ocorrência de situações semelhantes à exposta em que, via de regra, o rapaz é abordado e revistado como um suspeito em potencial, os policiais afirmaram que isso decorre do fato da mulher sempre ser vulnerável e, portanto, vítima em potencial, o que justifica tal conduta.

Um participante de um dos grupos de Uberlândia (cabos, soldados e sargentos) admitiu que a cor influencia, bem como o estilo de roupa que a pessoa usa, mas que acredita que todos os policiais têm formação suficiente para lidar com isso: *“eu particularmente entendo que influencia sim. Que a cor do indivíduo influencia, que a roupa que a pessoa está usando influencia também. Mas eu acredito que os policiais hoje em dia têm o conhecimento para estar lidando com isso, mais é fato que a cor de roupa destaca, de certa forma isso é fato, não tem como negar não”*. Estimulado a

explicar melhor esse aspecto, ele observou que as pessoas sempre vão reclamar, seja qual for a característica que as identifiquem: pobre, rico, tatuado, hippie, etc., completando que se tratam de desculpas, porque a verdade é que ninguém gosta de ser abordado. Outro participante concordou: *“exatamente, é mais ou menos isso aí que ele está dizendo, não é só com relação à cor, é todo aquele conjunto (...) a nossa sociedade está longe de estar no ideal de aceitar a ação da polícia, né, querem que tiramos os vagabundos da sociedade, mas não aceitam que a gente faça a verificação para eles”*. Em suma, os participantes dos grupos em análise, sugeriram que o elemento suspeito no caso é “ser homem no banco de trás com as mulheres à frente”.

No grupo de Teófilo Otoni, logo após a leitura da situação, alguns participantes afirmaram categoricamente que abordariam todos os ocupantes do veículo, realizando a revista: *“desce todo mundo do carro, busca normal, os pertences das mulheres, bolsa, você olha bolsa, bolso de saia, você olha o carro”*. Em seguida, outro participante comentou que revistaria apenas o rapaz. Nesse momento, quando questionado o porquê de apenas ele receber a busca, houve discussão entre os participantes, sendo que alguns deles voltaram a afirmar que abordariam todos do veículo. O participante insistiu: *“assim, você parou o carro, tem duas mulheres com um cara, nós vamos dar a busca só no cara, e não nas mulheres que não tem nada...”*. Imediatamente após a declaração, um participante se dirigiu a este último interlocutor: *“Não! A questão não é essa não. A questão que ela tá colocando é da discriminação, né. Revistar todo mundo igual”*. Logo depois, os participantes padronizaram o discurso, afirmaram que abordariam todos, normalmente, sem distinção.

Cabe destacar que o debate em torno dessa situação, levou um participante a tecer algumas considerações pertinentes a esse estudo: *“faz uma busca nas mulheres, bolsa, saia, se tiver uma suspeição maior, se tiver uma suspeição maior, assim sim você... Eu tô, mas eu não tô fazendo pra mais não. Abordei e não achei nada, ‘o policial, foi esse aqui que me assaltou’. ‘Foi ele’, então, ‘oh, você reconhece ele como seu assaltante?’.* Normal, preso. Não foi encontrado pertence com ele, não foi encontrado arma, ele não vai tomar porrada pra devolver pertence, ele não vai tomar porrada. Antes tomava, hoje ele já não toma mais. Ele vai pra delegacia preso. A vítima vai, vai ser feito um flagrante nele, porque ela reconheceu ele como o autor do crime (...) eu era o bicho ”.

A tendência foi os participantes responderem que realizariam o procedimento normal compatível com a natureza da blitz. Assim, verificariam a documentação e só abordariam todos os ocupantes, ou mesmo apenas o rapaz, se houvesse motivos para suspeita. Nota-se que tais motivos dependem do contexto e da valoração do policial, conforme apontado nas discussões apresentadas.

4.1.3.8 Direito à Vida

Caso 1: Um PM amigo seu patrulha determinada região já há algum tempo. Sabendo do funcionamento de uma “boca de fumo” em determinado local faz, naquele ponto, abordagens sempre que está de serviço. Por trabalhar desta forma ficou sabendo, através de um informante, que o “dono da boca” espalhou que iria matá-lo e se encontrasse com a família dele também mataria todo mundo. Isto porque entendia que seu amigo estava dando muito prejuízo para ele. Um belo dia a equipe do seu amigo se depara com este traficante armado e ele (seu amigo) empreende uma perseguição atrás do traficante enquanto seus companheiros tentam cercá-lo por outra via. O traficante entra em uma casa abandonada e se vê encurralado. Quando seu amigo entra e dá voz de prisão o traficante põe a arma no chão e coloca a mão atrás da cabeça. Seu amigo está sozinho com ele na casa. Como você acha que seu amigo deveria agir?

Resposta esperada: efetuar a prisão conforme determina a lei. Não tentaria matar o traficante mesmo que esta ação “aparentemente” resolvesse os problemas de ameaça sobre a vida dele e de seus familiares.

A situação acima foi apresentada a todos os grupos focais da Polícia Militar. Dentre as colocações, alguns afirmaram que executariam o acusado enquanto outros defenderam a prisão do mesmo. Houve, contudo, convergência de opiniões quando em foco estava a falta de proteção ao policial no sentido de que esse fator interfere na conduta do mesmo frente à situação.

Dentre os tenentes e sargentos de Belo Horizonte, o primeiro participante a responder a questão afirmou que efetuar a prisão do acusado, apreensão da arma e encaminhamento para delegacia. Um deles reclamou que a pergunta era capciosa. Cabe destacar que este participante se retirou do grupo no decorrer da discussão da questão, alegando ter um compromisso. Outro participante perguntou se a resposta deveria ser pessoal ou profissional. Dessa forma, pessoalmente, ele afirmou que executaria o acusado, mas que profissionalmente não. Este participante destacou ainda acreditar que a maioria dos policiais apenas prenderia o acusado: “*na hora de agir, mesmo havendo*

entre aspas oportunidade de exceder na lei, não acontece na prática. Eu trabalho bem no aglomerado, num batalhão que mais prende arma na capital, uma situação de abordar cidadão armado é corriqueira”.

O participante que deu duas respostas (pessoal e profissional) acrescentou que o acusado posteriormente será solto e voltará para tumultuar a vida do policial, destacando que o caso acima é ainda mais grave visto que envolve a família: *“não tem coisa pior do que ser ameaçado por uma pessoa, ele te vê e você não vê ele. E ainda mais que a sua família está em jogo. Que é o pior”.* Ele afirmou que tem que ter medo desse tipo de ameaça, ressaltando que a saída é tentar “resolver o problema”, deixando subentendido que executaria o acusado.

Dentre os sargentos de Belo Horizonte, dois afirmaram que conduziriam o acusado normalmente à delegacia. Um deles ainda pontuou que atualmente existem programas voltados à proteção em casos de ameaça. O outro observou que se o policial for agir por emoção a primeira atitude que ele pensa em fazer é “dar um fim” no problema. Porém, segundo ele, não se deve agir impulsivamente: *“é difícil saber que a minha família está sendo ameaçada por uma pessoa que eu sei que tem coragem de fazer ou de mandar alguém fazer. Só que o meu profissionalismo, a minha ética, eu acho que tem que pesar um pouco mais mesmo. Se eu trabalho em Belo Horizonte, peço transferência lá para Unai se preciso for. Mas não é interessante que eu faça isso, porque estou colocando em risco a minha profissão e até mesmo a minha dignidade, porque alguém está com a mão pra cima atrás da cabeça”.*

Este participante pontuou ainda que caso houvesse uma perícia no local, constataria a execução. Um participante relatou uma situação semelhante que vivenciou. No momento da prisão de um acusado, e no deslocamento na viatura para a delegacia, o acusado fez várias ameaças contra sua filha. Ele afirmou que efetuou a prisão normalmente e tomou as providências legais: *“levei, entreguei ele na delegacia, fiz representação formal contra ele. Fomos no juiz e ele perguntou se eu queria continuar a denúncia contra ele, eu falei: ‘com certeza meritíssimo, eu quero continuar’. Então o cidadão foi julgado por aquela ação dele, eu não sei se ele ia ter coragem ou não, mas foi advertido pelo juiz e foi condenado. (...) Nunca mais tivemos problemas, se eu estivesse agido com emoção o quê que eu iria fazer? Pensar na minha filha de 3 anos,*

ele usou o seguinte termo: ‘você vai pegar a sua filha com as tripas, eu vou passar com a moto em cima dela’. Se eu fosse agir com emoção...”.

Este participante disse que o policial tem que pensar na profissão, no nome da corporação que ele representa no momento da conduta. Diante dessa colocação, um participante afirmou que tem que haver o amparo ao policial. Outro ressaltou que o problema é que o policial não costuma registrar esses fatos, há um descuido com a própria segurança: *“então eu acho que sempre que acontecer esse tipo de coisa temos que registrar e correr atrás dos nossos direitos e não tentar agir com as próprias mãos, que não vai resolver”.*

Nesse momento, um deles também relatou um caso de um policial que recebeu uma ameaça de morte durante apreensão de um veículo em uma blitz, mas que desconsiderou alegando que a pessoa estava de “cabeça quente”. Ele contou que no fim do dia o policial foi assassinado na porta de casa. Nesse sentido, ele alertou: *“é igual ele falou, muita das vezes sai da boca pra fora, mas muitas das vezes também é um caso em exposição. Então você tem que levar em conta porque você não sabe”.* Outro participante completou dizendo que o operador da segurança pública, bem como juízes e promotores, vão sempre sofrer ameaças, que isso é inerente à profissão, mas que cabe ser profissional e buscar as providências legais cabíveis.

Segundo ele, na capital acontece e no interior mais ainda, pois todo mundo conhece todo mundo. Nesse momento, um participante afirmou que essa atitude também depende do Judiciário e relatou um caso de ameaça em que o juiz disse a ele: *“durante uma prisão, constamos no boletim de ocorrência a ameaça. Eu fiz a representação e quando chegou o juiz, na hora do julgamento falou comigo assim: ‘esse cidadão é um bobo, ele não vai fazer nada com você, você é um policial. Nós vamos deixar isso de lado’. Não deixou eu decidir. Falou assim: ‘vamos aguardar por 6 meses, caso tenha nova ameaça, nós corremos atrás’. Aí eu deixei bem claro: ‘Doutor eu só estou procurando porque é um meio que eu tenho de me livrar dessas ameaças, o cidadão tem dois homicídios consumados (...) ele falou que me conhece e conhece toda a minha família. Então por isso que eu quero continuar. ‘Não, não, de forma alguma, nós vamos aguardar 6 meses, esse é um bobo, um coitado que vive às margens da sociedade, não vai fazer nada com você’”.*

Os participantes alertaram que isso é um grande erro por parte do juiz, pois a partir do momento em que ele não resguarda os direitos do policial, abrem-se portas para condutas arbitrárias, já que diminui a crença na justiça. Os policiais observaram, contudo, que na maioria dos casos é tomada alguma providência legal. Questionados sobre o que leva um policial a buscar uma providência legal ou ter uma atitude excessiva, os participantes afirmaram se tratar de vários motivos, sendo que o principal é o medo da impunidade: *“acho que é medo, falta de proteção, principalmente para a família”*. Outro acrescentou: *“a certeza de que ele vai fazer isso e vai ficar impune, porque faz bem feito ou medo de que os órgãos públicos não vai dar respaldo na sua falta”*.

E por fim: *“não dá pra prevê o outro ser humano, porque antes de ser um policial, ele é um ser humano. Então a gente nunca tem como prevê a reação de uma pessoa. Então eu acho que uma das causas que isso acontece demais é medo e a sensação de falta de proteção mesmo, porque sabe que ele vai estar trabalhando e a família dele vai estar a mercê daquela pessoa e talvez dos comparsas dele. Então, às vezes, a pessoa chega até nessa idéia: ‘não, se eu não matar, ele vai matar alguém da minha família. Vale à pena do que ver a minha família morta’*. Então às vezes o cara pesa uma coisa e outra e acaba fazendo, acaba fazendo”

Dentre os participantes de Barbacena, alguns deles afirmaram que se o policial for profissional irá apenas prender o acusado: *“ele já se entregou nesta situação, né. Aí só vai efetuar a prisão dele, resguardar a integridade e conduzir para a delegacia por porte de arma ilegal”*. Outro participante observou: *“eu mandava ele direto pro hospital”*. Nesse momento, iniciou-se uma discussão em torno do tema. Alguns participantes mudaram de opinião, um deles afirmou que eliminaria o problema, comentando ainda: *“depois que você mata o primeiro...”*. Outro pontuou que daria no mínimo um “corretivo” no acusado. Apenas um participante reiterou que efetuariam o procedimento padrão, ou seja, prisão e encaminhamento à delegacia. Outro disse ainda: *“no curso de direitos humanos você aprende o que tem que dizer e escrever. Porque no papel é uma coisa, mas na rua... mas os cursos são bons”*. Questionados sobre o que falta ao curso, eles pontuaram: *“o que leva o policial a agir por conta própria é a*

impunidade, é a certeza de que não vai acontecer nada ao infrator. Então o policial tem que dar ao menos um corretivo”.

No grupo de Varginha, o primeiro participante a opinar sobre o caso afirmou que realizaria a prisão do acusado. Outro participante, contudo, ponderou que como o policial havia sido ameaçado é difícil prever qual seria a reação. Comentou que ao longo de sua carreira militar já recebeu muitas ameaças, mas que não age à margem da lei: *“não sei o que vai passar na cabeça de um ser humano. Nós policiais já, pelo menos eu que já tenho 17 anos, se eu fosse fazer alguma coisa com minhas próprias mãos de todo mundo que já me ameaçou, nossa senhora... pelo menos com os que eu trabalho aqui, ninguém faria a coisa... faria a coisa certa mesmo”.* Outro participante destacou, porém, que caso já houvesse ocorrido algum fato concreto após a ameaça, talvez teria outra atitude: *“a cabeça muda. Você já vê uma ameaça a sua família, já vê que já sofreu alguma coisa...”.*

No grupo de Teófilo Otoni, alguns participantes afirmaram que executariam o acusado caso não houvesse testemunhas no local. Um deles reafirmou uma fala recorrente ao longo de todo o grupo focal: *“não há como combater o mal com o bem”*, acrescentando que se quem o ameaçou está em desvantagem *“vai morrer”*. Em meio à discussão, um participante questionou sobre o objetivo das perguntas e da pesquisa, demonstrando insegurança sobre quem teria acesso às falas. Após os esclarecimentos, alguns participantes disseram que o curso de Direitos Humanos faz com que percebam que certas atitudes devem ser repensadas em prol da própria segurança do policial. Um deles pontuou, porém, que quando parou de ser violento nas operações sua produtividade caiu consideravelmente.

Os participantes do grupo de cabos, soldados e sargentos de Uberlândia, colocaram que diante dessa situação haveria grandes chances do acusado ser executado. Alguns pontuaram que nunca vivenciaram esse tipo de situação e que em condições normais, quer seja, não havendo ameaça ao policial, à família, eles acreditam que o procedimento seria efetuar a prisão conforme a lei: *“a formação dada para o policial é para que ele aja da forma correta. Ele vai pôr a arma no chão, e vou fazer a prisão dele normal e não vai tomar nenhum tapa e nem nada, tranquilo”.*

Segundo um participante, quando ocorrem casos de execução trata-se de falta profissionalismo do policial, mas ponderou também que às vezes ocorrem situações extremas como a exposta nessa questão: *“cada caso, cada caso é um caso. Porque eu particularmente convivo com policiais que são profissionais, particularmente também conheço pequena, se não ínfima, minoria de policiais que são maus profissionais, então nós não podemos generalizar aqui (...) eu acho que o policial que age dentro da legalidade, dentro da possibilidade que lhe é dada no contexto, ele age sim dentro da legalidade, o fato que foi apresentado aí foge ao que é normal, aí é uma opinião individual, eu digo, eu o mataria”*. Outro participante ainda completou dizendo que quando se trata de uma ameaça tem que se diferenciar as coisas, porque a questão virou pessoal, fugindo à esfera profissional. Segundo ele, nesses casos, sabe-se que o acusado não vai ficar preso e que quando for solto, irá atrás do policial: *“nesse caso concreto a gente sabe que não vai ficar preso, mais cedo ou mais tarde vai sair, e nesse caso aí é uma coisa pessoal. O cara está ameaçando você, então se você não tomar a atitude, ele vai tomar, ele vai! Então antes ele do que você”*.

Ao discutirem sobre a possibilidade do acusado permanecer ou não preso, um participante destacou: *“vou te dizer, no Brasil ninguém fica preso por esses crimes, essas coisinhas aí é dois, três anos e não fica mais, tá. Aí ele vai para o regime de progressão de pena, aí preso, enjaulado, dois anos, três anos, e se é um cara que tem disposição de fazer, ele vai fazer! Ainda mais ele preso lá, achando que você é o culpado por ele estar preso”*. Por fim, eles reiteraram que em condições normais não matariam a pessoa, ressaltando ainda que muitos ali presentes já foram de alguma forma, ameaçados e não revidaram dessa forma.

No grupo de soldados de Uberlândia, após a leitura do caso, os participantes fizeram silêncio. Um participante destacou o alto grau de profissionalismo da Polícia Militar de Minas Gerais que, segundo ele, é muito reconhecida pela população. Ele afirmou que tem certeza de que o policial não iria matar o acusado. Outro participante citou um caso em que prendeu a pessoa em circunstâncias semelhantes e não atirou. Eles pontuaram que todos já foram ameaçados e que isso é comum na profissão. Foram enfáticos em afirmar que em Uberlândia não ocorrem mortes por esse tipo de situação, ressaltando, porém, que em cidades maiores, que envolvem situações mais graves –

citaram Belo Horizonte, Juiz de Fora, Governador Valadares – talvez isso possa ocorrer. Nesse momento, passaram a conversar em pequenos grupos, mas não quiseram expor os comentários.

Dentre as colocações, alguns afirmaram que executariam o acusado enquanto outros defenderam a prisão do mesmo. Houve, contudo, convergência de opiniões quando em foco estava a falta de proteção ao policial. Neste sentido, a aplicação do princípio de direito à vida fica condicionada à segurança ofertada ao operador.

Caso 2: Investigando a atuação de traficante em determinado local, você é avisado de que tanto você quanto sua família foram ameaçados de morte pelo investigado. Você consegue mandado de prisão contra o traficante. Na execução do mandado, o traficante procura fugir; você o persegue de perto, enquanto seus outros colegas tentam cerca-lo por outra via. O traficante entra em uma casa abandonada e se vê encurralado. Você entra e dá voz de prisão. O traficante põe a arma no chão e coloca a mão atrás da cabeça. O que você faz?

Resposta esperada: efetuar a prisão conforme determina a lei. Não tentaria matar o traficante mesmo que esta ação “aparentemente” resolvesse os problemas de ameaça sobre a sua vida e de seus familiares.

O caso acima foi apresentado aos dois grupos focais da Polícia Civil. Em Belo Horizonte, os participantes tenderam a afirmar que executariam o acusado, assumindo que estaria agindo de forma passional. Em Teófilo Otoni, os participantes acreditam que em geral apenas efetuariam a prisão.

No grupo de Belo Horizonte, houve certo consenso entre os participantes de que o correto seria prender o acusado. Porém, pontuaram que não poderiam prever a reação diante dessa situação: *“não sei se teria sangue frio para fazer isso, no calor da hora”*. Um participante destacou que atiraria no acusado, pois segundo ele, não haveria tempo para ele colocar a arma no chão. Outro observou que mesmo que a pessoa coloque a arma no chão, a ameaça já foi feita: *“você pensa na família... talvez não seja nem de covardia, você vai executar o sujeito. Mas a partir do momento que ele pôs a mão na arma, você vai pensar o quê? Ele já fez a ameaça, não já?”*.

Alguns pontuaram que no caso concreto é complicado afirmar como iria agir, sendo que um deles ainda observou que se o acusado estava armado então já justificaria o disparo. Esse ponto de vista foi compartilhado por outros participantes havendo certa

empolgação em procurar justificativas para essa conduta. Um participante ficou calado, não se manifestando sobre a questão. Cabe destacar que, em meio à discussão, alguns participantes salientaram que o curso de Direitos Humanos ajuda a refletir sobre o controle das emoções nessas situações.

Os participantes de Teófilo Otoni, por sua vez, afirmaram que agiriam conforme a lei. Um participante destacou que se estivesse ameaçado de morte, jamais cumpriria um mandado de prisão contra a pessoa, para não se expor. Segundo ele, solicitaria que outro policial realizasse o procedimento: *“isso aí já aconteceu aqui em Teófilo Otoni e as pessoas envolvidas não participam do mandado, ela é afastada e deixa pra outros policiais cuidar do serviço”*. Quando questionados da proposição da questão que coloca que o policial já estava no local, eles afirmaram que isso depende muito do policial, mas que situações de ameaças são frequentes e que o correto seria efetuar a prisão do acusado: *“é da natureza do policial, ele tem que conviver com ameaças. Não quer dizer que ele vai cumprir aquilo. Dá raiva dá, mas infelizmente ou felizmente você não pode usar daquilo pra praticar um ato ilegal, que seria o de atirar nele”*. Outro completou: *“e será que vale a pena atirar nele? Será que você vai resolver o seu problema que é a ameaça? Depois você passa como réu, sua família fica desprotegida do mesmo jeito”*.

Um participante relatou um caso semelhante ocorrido há alguns anos na cidade em que um policial atirou num traficante. Segundo ele, tratava-se de um traficante que tinha cometido vários homicídios, atuava de forma muito violenta no aglomerado em que morava e havia ameaçado a família do policial que, inclusive, também morava lá. O participante relatou que este policial atirou no traficante e recentemente foi condenado: *“o juiz lá deu 11 anos e 6 meses de cana só pra ele. É o Estado, é esse. A situação é essa (...) olha, ele deveria no caso, prender o cara e deixar que a justiça resolvesse, né. Só que o cara era capoeirista, o cara era traficante, tinha uma habilidade lá, enfim. O cara é capoeirista, querendo ou não, é diferente das demais pessoas. Assim, eu entendo... Lutador o cara sabe se defender, sabe atacar”*. Ao final, concluíram que se o acusado põe a arma no chão, com certeza irá ser preso, caso contrário, será legítima defesa – sugerindo a possibilidade do disparo.

Em um primeiro momento, os participantes ressaltaram a impossibilidade de prever a própria reação frente a situações de alta complexidade. Em Belo Horizonte,

tenderam a afirmar que executariam o acusado, assumindo que estariam agindo de forma passional. Em Teófilo Otoni, tenderam a afirmar que, em geral, apenas efetuariam a prisão.

Caso 3: Em uma perseguição a suspeitos de roubo a banco, em um aglomerado, sua equipe se divide. Você e outros dois colegas entram em uma casa aberta na qual sabem que está uma pessoa perseguida, enquanto os demais colegas tentam cercar o local. A pessoa está isolada, e parece que vai se render. Um tiro atinge um dos seus colegas, matando-o imediatamente. Como vocês reagem a isso?

Resposta esperada: efetuar a prisão conforme determina a lei, sem agredir a pessoa perseguida. Não deveriam ter entrado na casa, tendo em vista que não tinham autorização judicial para isso. Observar que não se sabe de onde veio o tiro que matou o colega, portanto seria irresponsável afirmar que veio da pessoa que estava sendo perseguida.

Esta situação foi apresentada aos grupos focais da Polícia Civil de Belo Horizonte e Teófilo Otoni.

No grupo de Belo Horizonte, após a leitura do caso, dois participantes inicialmente perguntaram se o suspeito estava armado. Como não havia essa informação na proposição da questão, eles passaram a fazer algumas considerações. Um deles afirmou que efetuar a prisão do suspeito, sugerindo em sua fala que caso fosse ele quem tivesse atirado a conduta poderia ser diferente: *“tentar prender esse cara que tá foragido, porque você não sabe se foi ele que deu o tiro ainda, né”*.

Outro participante comentou que apenas reforçaria a atenção no cerco policial. Foi destacado por outro que se o suspeito estivesse armado ele não sabe se compensaria arriscar a vida para desarmá-lo e prendê-lo. Pontuou ainda que, caso o suspeito colocasse imediatamente a arma no chão o correto a fazer seria efetuar a prisão. Contudo, alegou que diante das circunstâncias o policial pode ter outra reação: *“mas se transportar essa situação pra esse caso em que um colega foi... foi, é, alvejado, talvez essa... não tenha essa paciência. Todos esses passos que o policial deve seguir, você não executa da mesma forma. Não é questão do, do policial, é questão do ser humano, ainda mexe muito. A questão da família, a questão do colega. A morte mexe muito. Se não mexer com o policial, ele não é ser humano mais”*.

Nesse momento, um participante lembrou de um caso contado por um participante no início do grupo focal em que este afirmou ter ficado abalado com algumas situações que presenciou no cotidiano profissional. Sobre isso, um deles refletiu: *“ainda bem que ela fica abalada ainda. No dia em que ela não ficar mais abalada, tem alguma coisa errada. Você perdeu a sua, sua humanidade. Esse é que é o problema maior que, quando a gente trabalha com vida, a gente saber o momento... se não você se desumaniza”*. Os participantes reclamaram sobre o nível de estresse que é submetido o policial, citando os prejuízos que traz para a pessoa, principalmente devido à falta de suporte da instituição.

Dentre os participantes de Teófilo Otoni, apenas um opinou no caso. Afirmou que o procedimento seria prender o suspeito. Posteriormente, questionou se havia sido ele quem teria efetuado o disparo. Como não consta tal informação, resumiu em afirmar: *“pois é, ele vai ter que ser encaminhado pra delegacia pra apurar esse tiro e o assalto. Simplesmente é condução mesmo pra delegacia”*.

Os participantes afirmaram que efetuariam a prisão do suspeito. Cabe ressaltar que a resposta dos entrevistados ficou condicionada ao fato de ter sido ou não o suspeito o autor do disparo.

4.1.3.9 Direito à privacidade, vedação da obtenção de provas por meios ilícitos

Caso 1: Quadrilha especializada em roubo a bancos vem sendo investigada há algum tempo, e já se sabe que em breve farão nova ação. Já foi solicitada interceptação telefônica, mas o Judiciário está demorando a analisar o pedido. Vocês realizam a interceptação? Pergunta secundária: e o que você faz se o seu colega grampear o telefone sem autorização?

Resposta esperada: deve se recusar a fazer interceptação telefônica sem ordem judicial. Se o colega realizar o grampo, deve levar o caso ao superior hierárquico.

A situação acima foi apresentada ao grupo focal da Polícia Civil de Teófilo Otoni. Um participante respondeu que, caso realizasse a interceptação, esta seria ilegal: *“aí nós estaríamos cometendo um crime. Infelizmente se o Judiciário não colaborou, a gente tem que procurar evitar esse assalto de outros meios”*. Em seguida, pontuou que a interceptação é feita diretamente pela operadora de telefonia, não havendo interferência do policial. Outro participante afirmou que o telefone fixo até é passível de

interferência, mas que o móvel não: *“a operadora nem conversa com a polícia”*. Os participantes ressaltaram que situações de atraso do judiciário são comuns, e que acabam prejudicando o trabalho: *“acontece muito, Judiciário tudo atrasa. Pede a interceptação telefônica, o pessoal já mudou, aí a gente perde serviço”*.

No grupo de Varginha após os participantes pontuarem que o grande problema de violência e criminalidade na cidade guarda forte relação com o tráfico, que aumentou muito nos últimos anos, foi questionado se quando eles têm conhecimento de uma residência onde há drogas, mas que sabem que o mandado irá demorar, implicando perda de tempo e do flagrante, se o policial entra ou não no local. Os participantes afirmaram que não entram. Um deles argumentou: *“é a minha profissão que está em jogo”*. Outro contou um caso semelhante, segundo ele, descobriram que uma pessoa estava com notas falsas escondidas num quarto de hotel. Eles entraram no local e apreenderam 12 mil notas falsas com a pessoa, mas que, posteriormente foram bastante questionados pelo juiz do porquê de terem entrado sem autorização. Ele ressaltou que ficou chateado à época, comentando: *“você pode até fazer uma boa ação, mas vai responder criminalmente depois, então será que vale a pena?”*. Ele completou dizendo que depois disso ele não entra mais em lugar algum sem autorização expressa: *“eu não faço mais, eu não entro mais, posso saber que tem 100 kg de cocaína lá que com certeza não entro”*.

No grupo de Teófilo Otoni, os participantes discorreram sobre tortura, agressão a suspeitos, sobre o que o curso prega nesse sentido, em contraste com a visão da sociedade que, na opinião deles, não quer saber os meios, quer só uma resposta. Um participante afirmou que atualmente não tem mais uma postura de “resolver o problema”, porque percebeu que dá resultado, mas está errado. Assim, alguns participantes pontuaram que já trabalharam em “missões pesadas” e que ocorre com frequência invasões a domicílio. Segundo um deles, nesse ponto a atuação da polícia não mudou: *“não tem como combater o mal com o bem”*.

Em seguida, outro afirmou que quando pertencia à ROTAM há alguns anos, a atuação era diferente porque havia um juiz que dava suporte e expedia mandados de madrugada, caso fosse necessário: *“a gente tinha um apoio diferente. O juiz já abriu a porta pra gente uma hora da manhã pra dar mandado de busca e apreensão. Era ou*

não era? A gente cercava a casa e entrava de manhã. Aí não havia invasão a domicílio, você sabe por quê? Porque o cara dava o respaldo”. Quando indagados sobre o que leva o policial a invadir ou não uma residência sem autorização, alguns pontuaram: “o sangue sobe, você vê o vagabundo entrando pra dentro do negócio... e quer resolver”.

Caso 2: Você é informado de que certa casa tem movimentação suspeita, e que provavelmente se trata de uma quadrilha organizando um crime de grande porte, porém trata-se apenas de suspeitas e indícios. Seu colega sugere grampear o telefone da residência para confirmar a suspeita e facilitar a resolução do caso. O que você faz?

Resposta esperada: deve se recusar a fazer interceptação telefônica sem ordem judicial. Se o colega realizar o grampo, deve levar o caso ao superior hierárquico.

A situação descrita foi apresentada aos grupos focais da Polícia Militar de Barbacena e Varginha. Não houve muita discussão em torno do caso, demonstrando não haver dúvidas quanto à condição necessária para realização de interceptação telefônica.

No grupo de Barbacena, logo após a leitura do caso, um participante afirmou que para grampear um telefone é necessária ordem judicial. Outro participante afirmou que caberia uma investigação mais aprofundada por parte do setor de investigação da Polícia Militar, a P2, para se obter mais informações e serem tomadas providências: *“fazer um relatório minucioso para saber... se invade, para fazer a prisão deles, a partir do momento que há só suspeita não há como fazer nada”.*

Os participantes de Varginha foram ao encontro do grupo de Barbacena, com considerações no mesmo sentido. Segundo um deles: *“no caso para grampear uma linha telefônica só pode ser com um mandato judicial”.* Outro participante completou que outra possibilidade seria *“passar o caso para frente”*, informando alguma autoridade competente.

Não houve muita discussão em torno dos casos, demonstrando não haver dúvidas quanto à condição necessária para realização de interceptação telefônica.

V – Considerações Finais

Os dados obtidos pela presente pesquisa indicam que parece haver uma correlação positiva entre a realização de cursos de capacitação em temáticas ligadas aos Direitos Humanos e a efetiva aplicação destes princípios no nível operacional. De acordo com os atores entrevistados, os cursos de Direitos Humanos são importantes na medida em que foram capazes de pontuar diretrizes gerais de atuação em situações efetivamente enfrentadas no cotidiano policial.

No entanto, na grande maioria dos grupos de discussão realizados, os participantes ressaltaram o fato de que as situações concretas que se apresentam ao cotidiano do trabalho operacional exigem, muitas vezes, soluções para as quais eles não foram treinados ou capacitados durante os cursos de Direitos Humanos. Esta constatação foi frequentemente sintetizada por eles na frase segundo a qual “*na prática é outra coisa*”. Esta posição sinaliza uma lacuna entre os procedimentos gerais que são repassados a eles nos cursos de Direitos Humanos e as dinâmicas e os fluxos da realidade cotidiana.

Neste sentido, torna-se fundamental compreender em que medida e sob quais condições os operadores aplicam os princípios dos direitos humanos. Isso significa, em grande parte, compreender os significados atribuídos por estes operadores à complexidade e à pluralidade de situações vivenciadas em seu cotidiano. Dentre os diversos aspectos analisados, vale destacar alguns de maior importância para este estudo:

1. **A partir das discussões realizadas, foi possível inferir que quanto maior for a distância entre as temáticas tratadas durante a instrução que o operador recebe e as situações concretas que ele enfrenta no dia-a-dia, maior será a possibilidade de esse profissional adotar posturas contrárias aos princípios dos direitos humanos.** No entanto, foi possível pontuar vários exemplos de situações reais com desfechos positivos em que o operador tinha passado por capacitações relacionadas à defesa ou proteção dos direitos humanos e pôde aplicar seus conhecimentos. Explicitaram que se tais situações acontecessem no

início de sua entrada para a polícia - e, por conseguinte, antes da capacitação - com certeza sua reação não estaria em consonância com os princípios dos Direitos Humanos. Ressaltaram ainda que, se tivessem sido capacitados de maneira mais consistente no início de suas carreiras, algumas situações incompatíveis com os princípios dos Direitos Humanos não teriam acontecido.

2. **A partir dos depoimentos colhidos, foi possível verificar que muitos policiais correlacionam, de maneira bastante direta, o estabelecimento de metas de produtividade policial à não aplicação, na prática, dos princípios dos direitos humanos.** Em outras palavras, os operadores argumentam que, para fazer um trabalho dito “eficiente” (como, por exemplo, localizar maiores quantidade de drogas ou armas), alguns acreditam ser necessário ultrapassar certos limites da legalidade, contrariando os princípios dos Direitos Humanos. Mesmo os policiais que afirmaram não atuarem à margem da lei ressaltaram a relação entre o uso de métodos que não estão de acordo com os princípios dos Direitos Humanos e uma maior possibilidade de atingir a produtividade esperada pela instituição. Para esses policiais, este tipo de resultado, não importando os meios utilizados, é uma resposta tanto para a sociedade quanto para a instituição.
3. **Opiniões e atitudes emergentes nos grupos focais também demonstraram que a aplicação ou não dos conhecimentos adquiridos sobre Direitos Humanos está condicionada ao comando que está à frente dos operadores.** Dito de outra forma, os policiais argumentaram que um comando que exige um trabalho mais repressivo, com foco na apreensão de armas e drogas, por exemplo, muitas vezes não se preocupa com os meios utilizados para auferir tais resultados, o que abre um leque maior de possibilidade para que o operador do Sistema de Defesa Social abra mão de aplicar os princípios dos direitos humanos nas situações de incerteza e de risco. Quando o Comando cobra um trabalho mais preventivo, com a colaboração de outros órgãos, na tentativa de melhorar a qualidade de vidas das pessoas, as possibilidades do operador descobrir como exercer a autoridade sem ser arbitrário seriam maiores. Enfim, o incentivo ou não do Comando no que diz

respeito à aplicação dos princípios dos Direitos Humanos tem efeito na aplicação ou não de tais práticas.

4. **Outra questão que emergiu com muita força dos grupos de discussão diz respeito a uma possível relação entre os expedientes disciplinares que regulam a conduta do operador do Sistema de Defesa Social e a aplicação ou não dos princípios dos direitos humanos em seu trabalho operacional.** Ou seja, a sensação de que os operadores sempre se encontram expostos a uma ameaça constante de punição, mesmo quando fazem o trabalho dentro da legalidade, faz com que muitos questionem a validade de se aplicar à risca os princípios repassados nos cursos de Direitos Humanos. Muitos disseram acreditar que as entidades de proteção dos Direitos Humanos só os responsabilizam, enquanto os demais cidadãos, inclusive aqueles que estão à margem da lei, não sofrem tais exigências. Tais percepções produzem nos operadores um sentimento de insegurança que contagia o desempenho de suas atividades. No trabalho do dia-a-dia, na interação do operador com o cidadão, essa insegurança agregada à falta de reconhecimento e liberdade dentro da própria instituição tende a oportunizar práticas contrárias aos princípios dos Direitos Humanos.
5. **Ainda dentro dos grupos focais, os operadores criticaram o fato de as organizações policiais não possuírem mais canais institucionalizados de disseminação do que foi trabalhado durante os cursos.** Ou seja: os policiais argumentaram que as temáticas ligadas aos Direitos Humanos deveriam ser trabalhadas de maneira mais intensa e sistemática dentro das organizações. Além disso, os operadores também criticaram o fato de terem permanecido no exercício da mesma função, a despeito da realização dos cursos. Isso, segundo eles, demonstraria a baixa conexão objetiva entre capacitação e a valorização profissional. Por outro lado, os participantes dos grupos de discussão e os entrevistados ressaltaram que a propagação dos conhecimentos vem sendo feita, mesmo que de forma gradual. Como exemplo, pode-se observar que, mesmo nos grupos em que os policiais apontaram, de forma mais incisiva, práticas que não

vão ao encontro dos princípios dos direitos humanos, ressaltaram a necessidade e a importância das capacitações.

Em termos gerais, os próprios operadores observaram que a incorporação dos princípios dos Direitos Humanos às suas ações cotidianas ainda se encontra bastante condicionada a uma conjunção de fatores externos e não necessariamente institucionais, tais como: predisposições subjetivas; o amplo espectro de possibilidades sobre o qual os operadores são chamados a atuar; as formas de avaliação e valorização do trabalho operacional; perfil do comando ou chefia ao qual o operador está subordinado e, ainda, a forma como os Direitos Humanos são aplicados internamente nas instituições em que os operadores atuam.

Apresentam-se, a seguir, algumas sugestões apontadas pelos próprios participantes nos grupos focais, a fim de contribuir para o aperfeiçoamento dos cursos de Direitos Humanos.

- Priorizar, nos próprios cursos, a participação de policiais que atuam nos níveis operacionais, sobretudo aqueles que trabalham diretamente com a população. Existe uma percepção clara por parte dos policiais capacitados de que a maioria dos alunos pertence ao quadro administrativo.
- Os policiais que atuam nas ações operacionais (de ambas as polícias) têm uma rotina de contato direto com a população. É justamente esse grupo que, segundo os próprios policiais, necessita de conhecimento contínuo e técnica apurada na atuação profissional. É no encontro cotidiano com a população que se apresentam os principais dilemas da ação policial. Neste sentido, é fundamental que os policiais “da ponta” tenham prioridade na formação continuada em direitos humanos.
- Estender a oferta do curso de Instrutor de Direitos Humanos a outras patentes, não priorizando os oficiais. Este item reforça, em boa medida, a percepção dos próprios policiais no sentido de que a prioridade para a formação continuada em direitos humanos deve ser direcionada para os policiais que estão no contato diário e direto com a população.

- Inserir a disciplina de Psicologia na grade curricular. Segundo eles, a matéria mostra-se fundamental à atividade policial, auxiliando o trabalho operacional. Trata-se, aqui, de uma percepção externada pelos policiais da necessidade de se inserir na formação dos policiais noções de psicologia – que poderia ser um instrumento de conhecimento capaz de oferecer melhores condições de compreensão dos dilemas pessoais e, com isso, propiciar aos policiais uma ação mais humanizada.
- Aumentar a carga horária ou tornar o conteúdo mais objetivo para que os temas não sejam repassados muito rapidamente, impossibilitando a discussão e assimilação dos mesmos.
- Ponto importante a ser destacado: os policiais demandam que a temática dos direitos humanos seja aprofundada. Não somente com mais conteúdo e a ampliação das temáticas (observa-se que os cursos de direitos humanos são fortemente baseados em aspectos legais), mas também oferecendo condições de assimilação da temática (aqui, pode-se inferir que além do conteúdo teórico devem-se priorizar espaços de discussão e aprofundamento dos vários temas). Sabe-se que existem, conforme apresentado na pesquisa, vários temas que demandam não só por parte da polícia, mas de várias outras instituições da sociedade, uma discussão e tratamento cuidadoso, dado o nível de vitimização, por exemplo, de segmentos marginalizados e o preconceito bastante arraigado na cultura popular que leva à naturalização de violências e discriminações aceitas socialmente, porém inconcebíveis para os agentes públicos.
- Criar um curso avançado de Direitos Humanos ou mesmo dividir o atual em módulos, permitindo ao policial avançar nos conhecimentos a cada capacitação. Sugeriram também que os policiais que não tiveram contato com a disciplina na academia - quando a mesma ainda não integrava a grade - ingressariam no primeiro módulo, enquanto os mais recentes, que já possuem algum conhecimento no tema, evoluiriam para módulos mais avançados, no intuito de diminuir a disparidade de conhecimento entre os participantes.

- Outro ponto digno de nota se refere à percepção de que os conteúdos acerca dos direitos humanos (dado sua amplitude, complexidade, atualidade e densidade) não devem se limitar a cursos esporádicos. Aqui se pode inferir que os policiais sugerem, mais uma vez, a idéia de uma formação continuada e gradual em direitos humanos, envolvendo todos os policiais. A sugestão também aponta para um esquema modular de formação em direitos humanos, no qual os policiais vão progredindo no conhecimento e na prática sobre a temática.
- Aperfeiçoar a apostila fornecida no curso, tornando-a mais objetiva e incorporando outros instrumentos didáticos: utilização de periódicos, portal, emails, grupos de discussão, etc. Esta informação importante no sentido de indicar que os instrumentais didáticos dos cursos podem ser aperfeiçoados. Destacam-se dois pontos nesse item: (1) conteúdos mais objetivos (portanto pautados também na prática da atividade policial) e (2) utilização de ferramentas de comunicação modernas que permitam um fluxo de informações, discussões, troca de conteúdos, etc., entre os participantes do cursos.
- Selecionar preferencialmente professores que possuam experiência operacional, para que as aulas não se restrinjam aos aspectos teóricos. Isso possibilitaria maior interação com os alunos e a contextualização do aprendizado. Mais uma vez os policiais abordam uma questão crucial: a importância dos cursos de direitos humanos incorporarem questões relativas à aplicabilidade dos (seus) conteúdos; ou seja, como transformar teorias sobre direitos humanos e atividade policial em práticas policiais promotoras da cidadania. Aqui, além da preocupação com a prática dos direitos humanos (no cotidiano policial) fica latente que há a carência de um aprendizado de direitos humanos mais referido à prática da ação policial.
- Incluir a participação de Comissões de Direitos Humanos, de acadêmicos e demais profissionais que trabalham com o tema, propiciando um debate mais qualificado sobre o tema.
- Outra sugestão relevante acerca do conteúdo e metodologia para os cursos de direitos humanos diz respeito à necessidade do diálogo com outros atores

importantes da sociedade. Pode-se inferir que os policiais desejam, além de acesso aos conteúdos sobre direitos humanos, dialogar mais com esses atores sociais acerca da percepção (de ambas as partes) sobre a interface entre a atividade policial e a prática dos direitos humanos.

VI - Referências Bibliográficas:

- ARENDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS - ABEP, 4 a 8 de novembro de 2002, Ouro Preto. Anais... Ouro Preto, 2002. Compact Disc.
- BALESTERI, Ricardo Brisolla. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo Fundo-RS, CAPEC. Paster Editora, 1998.
- BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.
- BAUDRILLARD, Jean. *Modernité*. In: *Biennale de Paris. La modernité ou l'esprit du temps*. Paris, Editions L'Esquerre, 1.982, p. 1. Texto policopiado traduzido por Lea Freitas Perez e Francisco Coelho dos santos.
- BITTNER, Egon. *The Functions of Police in Modern Society. A Review of Background Factor, Current Practices and Possible Role Models*. New York. Janson Aronson, 1975.
- _____. *Aspects of Police Work*. Boston. Northeastern University Press, 1990.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CAPLAN, S. *Using focus group methodology for ergonomic design*. Ergonomics, v. 33, n.5, 1990.
- CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Direito Constitucional*. 10ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- CATERALL, M., MACLARAN, P. *Focus group data and qualitative analysis programs: coding the moving picture as well as the snapshots*. Sociological Research Online, v. 2, n.1, mar. 1997. Disponível em <<http://www.socresonline.org.uk/socresonline/2/1/6.html>>.
- COMPARATO. Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.
- CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. *Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação*. In: XIII ENCONTRO DA

- DAL RI JÚNIOR, Arno. *O Estado e seus inimigos: a repressão política na história do direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- Dawson S, Manderson L e Tallo VL 1993. *A manual for the use of focus groups*. Methods for Social Research in Disease. Boston. World Health Organization.
- FERREIRA, Monoel Gonçalves Filho. *Direitos Humanos Fundamentais*. Editora: Saraiva, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes: 1999.
- GASKELL, G. *Entrevistas individuais e grupais*. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOMES E.S; BARBOSA E.F. *A Técnica de Grupos Focais para Obtenção de Dados Qualitativos*. In: Instituto de Pesquisa e Inovações Educacionais - Educativa. 30 de Agosto de 2000. <<http://www.educativa.org.br>>
- HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.
- IKWA, Daniela; PIOVESAN Flávia; ALMEIDA, Guilherme e GOMES, Verônica. *Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos*. Ágere Cooperação em Advocacy e Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR. Abril-Julho, 2006.
- JAYME, Fernando Gonzaga. *Direitos Humanos e sua Efetivação pela Corte Interamericana de Direitos Humanos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- JOHNSON, D. *Focus groups*. In: ZWEIZIG, D. et al. *Tell it! Evaluation sourcebook & training manual*. Madison: SLIS, 1994.
- KRUEGER R.A. *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. London: Sage Publications, 1996.
- MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. *Cárcere e fábrica: as origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2006.
- MOREIRA M.R. *Estudo Sobre as Condições de Vida e Atendimento a Crianças e Adolescentes do Município do Rio de Janeiro X RA - Ramos*. Projeto de Pesquisa FIOCRUZ/FAPERJ. Mimeo, 2000.
- MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *“Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser”: Cultura e Cotidiano da Política Militar do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1999. Tese de Doutorado.

- ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Organização dos textos por Valério de Oliveira Mazzuoli. 3ª Edição, São Paulo: revista dos Tribunais, 2005.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Direitos Humanos no século XXI*. IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais Fundação Alexandre de Gusmão – Senado Federal. Brasília, 2002.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 3ª Edição, São Paulo. Max Limonad, 1997.
- RODRIGUES A.R. *Pontuações Sobre a Investigação Mediante Grupos Focais*. Seminário COPEADI – Comissão Permanente de Avaliação e Desenvolvimento Institucional.
- ROVER de Cees. *Manual Para Servir e Proteger*. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 4ª. Edição, Genebra, 2005.
- SABADELL, Ana Lucia. *Tormenta juris permissiones*. Tortura e processo penal na península ibérica. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- SCHÄFFER, B. Generationen, medien, bilgung: medienpraxiskulturen im generationenvergleich. Opladen: Leske/Budrich. In: *Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio/ago. 2006.
- SCHNAPPER, Dominique. *A compreensão sociológica: como fazer análise tipológica*. Lisboa: Gradiva, 2000.
- SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária*.– SENASP no. 002/2007. Brasília. DF.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2003.
- SKOLNICK, Jerone H. *Justice Without Trial. Law Enforcement in Democratic Society*. New York. Macmillan College Publishing Company, 1994.
- SILVA, Suamy Santana. *Teoria e Prática da Educação em Direitos Humanos nas Instituições Policiais Brasileiras*. Passo Fundo-RS, CAPEC, 2003.
- SOUZA, R. S. R. *Universidade e Direitos Humanos: práticas desenvolvidas na PUC Minas*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2009.

TILLY, Charles. *Como a guerra fez os Estados e Viceversa*. In: Coerção, Capital e Estados Europeus. São Paulo: Edusp, 1996.

WEBER, Max. A Ciência como vocação. Em: GERTH, MILLS (org.): *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. *O inimigo no direito penal*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.